



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Luís Alberto Paz Delgado Filho

**O PSDB nas eleições presidenciais
Histórico de desempenho eleitoral e a queda em 2018**

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo/SP
2021



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Luís Alberto Paz Delgado Filho

**O PSDB nas eleições presidenciais
Histórico de desempenho eleitoral e a queda em 2018**

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, área de concentração Ciência Política, sob orientação do Prof. Dr. Francisco César Pinto da Fonseca.

São Paulo/SP
2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco César Pinto da Fonseca

Profa. Dra. Vera Lucia Michalany Chaia

Profa. Dra. Rachel Meneguello

Aluno com bolsa parcial concedida pela Fundação São Paulo – FUNDASP

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores da PUC/SP, em especial ao meu orientador prof. Francisco Fonseca, e aos professores convidados, o aprendizado e os ensinamentos transmitidos nesses dois anos e meio do curso de mestrado. Agradeço ainda à Fundação São Paulo – SP a concessão da bolsa parcial de estudos.

“O intervalo entre a decadência do antigo e a formação e estabelecimento do novo constitui um período de transição, que sempre deve ser necessariamente marcado pela incerteza, pela confusão, pelo erro e pelo fanatismo selvagem e implacável.”

John Calhoun

RESUMO

Objetivamos neste trabalho traçar uma radiografia do desempenho eleitoral do PSDB nas eleições presidenciais do atual período chamado por Nova República, além de prescrever hipóteses para sua abrupta e expressiva perda de votos em 2018. Iniciaremos, porém, abordando o quadro histórico do atual período multipartidário, em que partidos como PDS, PMDB e PRN, que em seus primeiros anos sob essa designação experimentaram apoios eleitorais consistentes, viram ruir sua popularidade num curto intervalo de tempo, a exemplo do ocorrido com o PSDB no período entre 2014 e 2018. Em seguida, procederemos à exposição da trajetória eleitoral tucana tendo como ponto de partida o quarto lugar obtido por Mário Covas em 1989, passando pela ascensão do PSDB à Presidência da República nos anos 90 com Fernando Henrique Cardoso, e chegando ao período entre 2002 e 2014 em que o partido manteve-se como a principal opção do eleitorado que não optou pelo PT. Na parte final deste trabalho, procuramos compreender quais foram os erros estratégicos e as possíveis inconsistências do PSDB que o fizeram perder na disputa presidencial de 2018 cerca de 85% do eleitorado que o apoiou em 2014. Embora, entendamos que muitos são os vetores que contribuíram para a abrupta derrocada tucana, e que todos eles estiveram imbricados e se tensionaram mutuamente, nosso foco no derradeiro capítulo se concentrará nas questões relativas à lealdade e ao enraizamento partidário no que tange o PSDB e o eleitorado brasileiro. Nossa justificativa para essa empreitada reside na constatação de que a derrota tucana em 2018 não se tratou de um fato ordinário. Além de o candidato peessedebista Geraldo Alckmin não ter obtido sequer 5% dos votos no primeiro turno, desempenho bastante discrepante em relação à média nacional do partido no período de 1989 a 2014, a derrota do PSDB na mais recente eleição para presidente da República rompeu com um padrão de estabilidade do sistema partidário brasileiro, no nível nacional, que vinha sendo observado há mais de vinte anos.

Palavras-chave: Eleições desviantes; institucionalização; Enraizamento Social; Estratégias Político-eleitorais; Lealdade partidária; Partido da Social Democracia Brasileira

ABSTRACT

The aim of this work is to draw an X-ray of the PSDB's electoral performance in the presidential elections of the current period called by *New Republic*, in addition to examining hypotheses for its abrupt and expressive loss of votes in 2018. We will start, however, by approaching the historical framework of the current multiparty period, in which parties such as the PDS, PMDB and PRN, which in their first years under this designation experienced consistent electoral support, saw their popularity crumble in a short period of time, as in what happened with the PSDB in the period between 2014 and 2018. Then, we will proceed with an exposition of the *tucana* electoral trajectory, having as a starting point the fourth place obtained by Mário Covas in 1989, passing by the PSDB's rise to the Presidency of the Republic in the 1990s with Fernando Henrique Cardoso, and reaching the period between 2002 and 2014 in which the party remained the main option for the electorate that did not opt for the PT. In the final part of this work, we seek to understand what were the PSDB's strategic mistakes and possible inconsistencies that caused it to lose around 85% of the electorate that supported it in 2014 in the 2018 presidential contest. For the abrupt *tucana* debacle, and that all of them were intertwined and mutually tensioned, our focus in the last chapter will focus on issues related to loyalty and party roots in relation to the PSDB and the Brazilian electorate. Our justification for this undertaking lies in the finding that the *tucana* defeat in 2018 was not an ordinary fact. In addition to the presidential candidate Geraldo Alckmin not having obtained even 5% of the votes in the first round, a very different performance in relation to the national average of the party in the period from 1989 to 2014, the defeat of the PSDB in the most recent election for president of the Republic broke with a pattern of stability in the Brazilian party system at the national level that had been observed for more than twenty years.

Key words: Deviant Elections; Institutionalization; social rootedness; Political-electoral strategies; Party loyalty; Brazilian Social Democracy Party

LISTA DE SIGLAS E PARTIDOS

ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
CESOP	– Centro de Estudos de Opinião Pública
ESEB	– Estudo Eleitoral Brasileiro
DATAFOLHA	– Instituto de Pesquisa de Opinião Pública
PCB/PPS/CIDADANIA ¹	– Partido Comunista Brasileiro/Partido Popular Socialista
PDS/PPR/PPB/PP ²	– Partido Democrático Social/Partido Progressista Reformador/Partido Progressista Brasileiro/Partido Progressista
PDT	– Partido Democrático Trabalhista
PFL/DEM ³	– Partido da Frente Liberal/Democratas
PL/PR/PL ⁴	– Partido Liberal/Partido da República
PMDB/MDB ⁵	– (Partido) do Movimento Democrático Brasileiro
PRB	– Partido Republicanos
PRN/PTC ⁶	– Partido da Reconstrução Nacional/Partido Trabalhista Cristão
PSB	– Partido Socialista Brasileiro
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	– Partido Social Liberal
PSOL	– Partido Socialismo e Liberdade
PT	– Partido dos Trabalhadores
PV	– Partido Verde
STF	– Supremo Tribunal Federal
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral

1 Em 1991, o PCB passa a se chamar PPS; um grupo de antigos militantes do PCB cria em 1992 o PC, que passa a se chamar PCB em 1994. O PPS em 2019 passou a se chamar Cidadania. (NICOLAU, Jairo. 1998.)

2 Em 1993, o PDS se funde com o PDC, formando o PPR. Dois anos depois, o PPR se funde com o PP e passa a se chamar PPB. Em 2003 o partido passou a se chamar PP.

3 Em 2007, o PFL passa a se chamar Democratas.

4 Em 2006, o PL se funde ao PRONA e passa a se chamar PR. Em 2019, o partido volta a se chamar PL.

5 Em 2017, o PMDB volta a se chamar MDB.

6 O PRN passa a chamar PTC em 2000.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, FIGURAS e ANEXO

TABELAS

- 1** – Evolução do número de entes federativos com direito a representação no Congresso Nacional e do número de cadeiras em disputa na Câmara dos Deputados
- 2** – Número de deputados federais e senadores eleitos por partido (1982 e 1986)
- 3** – Número de governadores eleitos por partido (1982 e 1986)
- 4** – Número de deputados federais e senadores eleitos por partido (1982 e 1986)
- 5** – Número de governadores eleitos por partido (1986 e 1990)
- 6** – Número de partidos que elegeram ao menos um deputado federal desde 1982
- 7** – Número de deputados federais e senadores eleitos pelo PRN (1990 e 1994)
- 8** – Número de votos obtidos pelo PRN nas eleições presidenciais de 1989 e 1994
- 9** – Resultado nacional do primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 – primeiros colocados – percentual de votos
- 10** – Resultado no estado de São Paulo do primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 – primeiros colocados – percentual de votos
- 11** – Número de votos e porcentagem – votos totais - eleições presidenciais de 1989 a 2018
- 12** – Número de deputados federais eleitos pelo PSDB de 1990 a 2018 e porcentagem da bancada do partido em relação à Câmara dos Deputados
- 13** – Número de prefeitos eleitos pelo PSDB no país, nas capitais brasileiras e nos vinte municípios mais populosos em cada eleição
- 14** – Aprovação do Plano Real e intenção de votos para Presidente da República (%)
- 15** – Resultado percentual da votação do PSDB nas cinco regiões do país - eleições presidenciais 1º turno
- 16** – Resultado percentual da votação do PSDB no país e nas cinco regiões - eleições presidenciais 2º turno
- 17** – Participação de cada região na composição do eleitorado do PSDB – eleições presidenciais 1º turno
- 18** – Deputados federais eleitos pelo PSDB em São Paulo e no Ceará
- 19** – Deputados federais eleitos pelo PSDB no país e a distribuição nas cinco regiões
- 20** – Número de deputados federais eleitos no período 1990-2018 por partido
- 21** – Número de governadores eleitos no período 1990-2018 por partido
- 22** – Resultado nacional do 1º turno das eleições presidenciais de 2002 (%) – primeiros colocados
- 23** – Resultado nacional do 2º turno das eleições presidenciais de 2002 (%)
- 24** – Resultado nacional do 1º turno das eleições presidenciais de 2006 (%) – primeiros colocados
- 25** – Resultado nacional do 2º turno das eleições presidenciais de 2006 (%)
- 26** – Resultado nacional do 1º turno das eleições presidenciais de 2010 (%) – primeiros colocados
- 27** – Resultado nacional do 2º turno das eleições presidenciais de 2010 (%)
- 28** – Resultado nacional do 1º turno das eleições presidenciais de 2014 (%) – primeiros colocados
- 29** – Resultado nacional do 2º turno das eleições presidenciais de 2014 (%)
- 30** – Evolução dos três partidos que mais elegeram prefeitos no país no período de 1988 a 2020, mais o PT

- 31** – Resultado nacional do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018– primeiros colocados – percentual de votos
- 32** – Resultado no estado de São Paulo do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018– primeiros colocados – percentual de votos
- 33** – Evolução do número de eleitores filiados aos principais partidos brasileiros (em milhares de eleitores)
- 34** – Evolução dos números relativos ao voto na legenda em relação a todos os votos do partido – Eleição para deputado federal - Brasil
- 35** – ESEB. Questão: que partido melhor representa sua forma de pensar? Em%
- 36** – Pesquisa de preferência partidária realizada pelo Datafolha (%)

GRÁFICOS

- 1** – Evolução do desempenho de PSDB e PT nas eleições presidenciais – percentuais de votos nos primeiros turnos
- 2** – Evolução da popularidade de Fernando Henrique durante seus dois mandatos presidenciais
- 3** – Votação nacional – PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno
- 4** – Votação região norte – PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno
- 5** – Votação região nordeste – PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno
- 6** – Votação região centro-oeste – PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno
- 7** – Votação região sudeste – PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno
- 8** – Votação região sul – PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno
- 9** – Evolução da popularidade do governo Itamar Franco
- 10** – Evolução da popularidade do governo Michel Temer

FIGURAS

- 1** – Quantidade de votos recebidos pelo vencedor de cada zona eleitoral – 2014 – 2º turno
- 2** – Quantidade de votos recebidos pelo vencedor de cada zona eleitoral – 2018 – 2º turno

ANEXOS

- 1** – Artigos do estatuto do PSDB relativos à filiação partidária
- 2** – Artigos do estatuto do PT relativos à filiação partidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – BREVE QUADRO HISTÓRICO: DECLÍNIOS ELEITORAIS NO PERÍODO 1982-1994.....	21
PDS, PMDB e PRN: instabilidade nos primeiros anos.....	21
CAPÍTULO II – A TRAJETÓRIA ELEITORAL TUCANA.....	34
Origem e primeiras eleições (1988-1992).....	34
Ascensão e estabilidade (1994-2000).....	40
Perda da Presidência e o período oposicionista (2002-2016).....	50
CAPÍTULO III – QUEDA EXPRESSIVA EM 2018.....	58
A eleição presidencial de 2018.....	58
Decisões políticas em cenários distintos.....	66
Enraizamento partidário: três indicadores propostos e sua validade.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
BIBLIOGRAFIA.....	86
ANEXO I.....	90
ANEXO II.....	93

INTRODUÇÃO

As eleições presidenciais de 2018 romperam com um padrão de votação que vinha se mantendo estável desde 1994 (Melo & Câmara, 2012), ano em que o PSDB elegeu Fernando Henrique Cardoso presidente da República, e o PT e Lula ficaram em segundo lugar na disputa. Desde a volta das eleições diretas presidenciais, apenas no pleito inaugural de 1989 o PSDB não havia colocado seu candidato entre os dois mais bem votados da disputa. Em 2018, a exemplo de 1989, o PSDB, com Geraldo Alckmin, foi outra vez apenas o quarto partido mais bem sufragado da eleição presidencial, porém desta vez com agravantes em relação ao desempenho obtido por Mário Covas há cerca de trinta anos.

Em termos percentuais de votos obtidos, o desempenho de Alckmin (4,3%) no primeiro turno de 2018 foi bastante inferior em comparação ao de Covas (10,8%) no primeiro turno de 1989. Mas a derrota mais recente possui ainda outra dimensão. Em 1989, apesar de o PSDB já contar com uma bancada de parlamentares experimentados e conhecidos junto a boa parte do eleitorado, estes não haviam ainda sido eleitos sob a nova sigla que fundaram um ano antes, em 1988, o que dá a medida da incerteza do êxito eleitoral que cercava o partido na primeira eleição presidencial que viria a disputar.

Embora este trabalho levante a hipótese de problemas de “enraizamento social” do PSDB junto ao eleitorado brasileiro mesmo após trinta anos de sua fundação, é patente que em 2018 o partido encontrava-se num estágio estrutural bastante superior ao ainda incipiente partido da eleição de 1989. O partido que em 2018, no primeiro turno da eleição presidencial, perdeu cerca de 85% de seus eleitores em relação ao pleito presidencial de 2014 não era apenas uma entre tantas outras siglas que pululavam durante o alvorecer da Nova República, buscando fincar estacas na cena partidária nacional sob esta ou aquela bandeira. Em 2018 o PSDB já era um partido com grande estrutura e com muitas vitórias eleitorais. Havia eleito entre 1988 e 2014 o presidente da República por duas vezes, além de 444 deputados federais, 35 senadores, 40 governadores de estados e 5.399 prefeitos em todo o país até então.

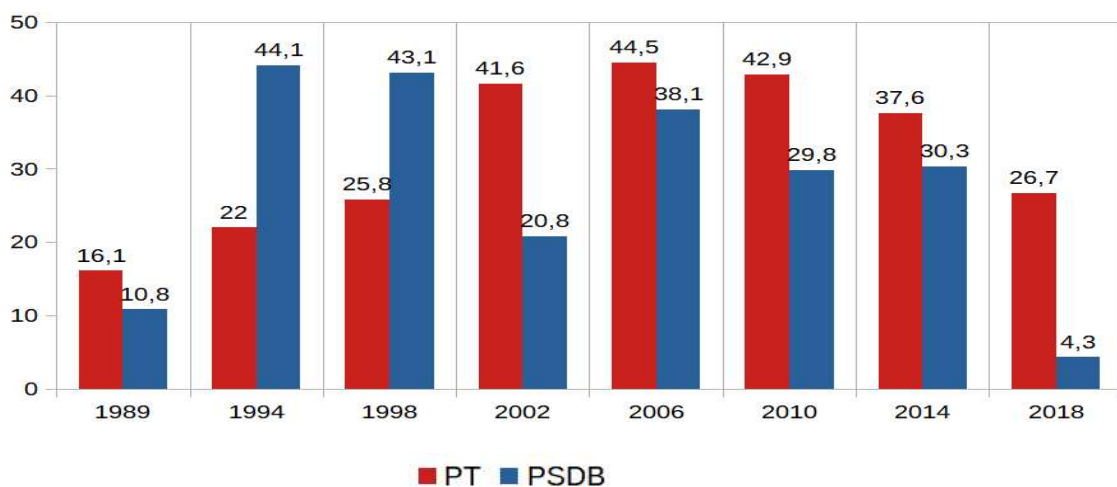
A escala da magnitude da derrota tucana na eleição presidencial de 2018 pode ser aferida tanto pelos irrisórios números da votação de Alckmin, como pela observação da relevância e do

histórico eleitoral do partido, que decaiu de modo abrupto sem apresentar resistência significativa em nenhum segmento específico do eleitorado brasileiro. Até mesmo em São Paulo, desde sempre o principal reduto eleitoral do PSDB, sua votação foi bastante aquém da média obtida nas eleições anteriores, obtendo na última eleição tímidos 8,6% dos votos paulistas. Covas em 1989 obteve quase 22% dos votos no estado (ver tabelas 10 e 32).

Por outro lado, poder-se-ia objetar que o PT, outro pilar do sistema partidário brasileiro das últimas décadas, também saiu derrotado de 2018 e que, a exemplo de seu tradicional antagonista, também experimentou perda expressiva de eleitores em comparação à sua performance no pleito presidencial de 2014, o que poderia levar ao entendimento de que este trabalho melhor faria se apontasse sobre os dois partidos o mesmo foco de luz.

PT e PSDB, por integrarem o mesmo sistema partidário, seguramente possuem características comuns que podem ser examinadas em conjunto. Além disso, a derrota petista na corrida presidencial de 2018 também foi um fato bastante notável, pois interrompeu uma série de quatro vitórias presidenciais consecutivas do partido, o que abre possibilidades a uma miríade de estudos decorrentes deste fato.

Gráfico 1 - Evolução do desempenho de PSDB e PT nas eleições presidenciais – percentuais de votos nos primeiros turnos



Fonte: Elaboração própria segundo dados do TSE

Ocorre que acreditamos que as derrotas de PT e PSDB nas eleições presidenciais de 2018 revelam partidos com edifícios distintos em relação aos seus alicerces junto à sociedade. O PT em 2018, apesar de já não mais ocupar a presidência da República em razão do impeachment infligido a Dilma Rousseff dois anos antes, obteve com Fernando Haddad 27% dos votos no primeiro turno e avançou ao segundo turno elevando seu percentual de votação a 41% dos brasileiros que compareceram para votar. Não é uma marca desprezível diante da crise de confiança que assolou o partido nos últimos anos. Além disso, Haddad no segundo turno de 2018 chegou a ser mais bem votado que o concorrente vencedor Bolsonaro em estados como Tocantins, Pará e em toda a região Nordeste do país, em seus nove estados.

O PT, se por um lado não teve uma votação capaz de lhe dar sua quinta vitória presidencial, por outro manteve-se num patamar de votação ainda superior aos desempenhos do partido nas eleições presidenciais dos anos 90. Nota-se assim que a perda tucana foi mais significativa. No mais, além de todo seu histórico de vitórias eleitorais, o PSDB em 2018 foi o partido que aplicou a maior quantidade de recursos financeiros na campanha, o que mais aglutinou outros partidos em torno de seu candidato e o que mais teve tempo na propaganda eleitoral televisiva⁷.

Quatro anos antes, Aécio Neves não se elegeu presidente da República por uma diferença de apenas 3,2% de votos a favor de Dilma Rousseff (ver tabela 29). A partir do mesmo ano, com o PT encabeçando as manchetes dos principais meios de comunicação do país, alvejado pelo impeachment e pelas investigações e condenações da *operação Lava Jato*⁸, o cenário de retomada do poder central que se apresentava ao PSDB parecia não apenas promissor, como também bastante provável. Além disso, o escolhido pelo partido para guiá-lo de volta ao Palácio do Planalto foi um candidato experiente, Geraldo Alckmin, que já havia sido eleito deputado federal (1986 e 1990), disputado uma eleição presidencial na qual foi ao segundo turno (2006), e que já tinha sido eleito governador de São Paulo por três vezes (2002, 2010 e 2014) e em outras duas vezes, vice-governador (1994 e 1998). Após treze anos de oposição ao governos federais do PT, o caminho de volta do PSDB à Presidência da República parecia assim pavimentado.

Mas como se sabe, nada disso aconteceu. Jair Bolsonaro, saído diretamente do baixo clero da Câmara dos Deputados, recolheu a imensa maioria dos votos tucanos de 2014 para a sua candidatura em 2018 e foi eleito presidente da República pelo pouco conhecido PSL. Interrompia-se

⁷ Disponível em <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>>

⁸ Operação da Polícia Federal que investigou casos de corrupção na Petrobras, submetida ao julgamento do juiz federal Sérgio Moro

assim o período de vinte anos do predomínio de PT e PSDB na disputa presidencial brasileira. De tudo isso resulta uma pergunta: por quê?

Antes de apresentar nossos argumentos, cabe esclarecer que nossa abordagem neste trabalho recairá prioritariamente sobre as eleições presidenciais, embora reconheçamos que o sistema partidário engloba todas as arenas eleitorais e que existem interações fundamentais entre todas elas. No entanto, tal possibilidade de abordagem mais específica encontra referências na literatura. Segundo Carreirão (2014, p. 286):

Argumentando que os sistemas partidários são mais bem entendidos como fenômenos multidimensionais”, Bardi e Mair (2010, p. 227) postulam que pode haver mais de um sistema partidário em um mesmo sistema político, dependendo de três tipos de divisão que podem ocorrer no interior do corpo político: “divisões verticais”, quando há uma clivagem separando dois eleitorados distintos (como na Bélgica ou no Canadá); “divisões horizontais”, em “sistemas políticos fortemente descentralizados, nos quais as unidades inferiores gozam de considerável autonomia no exercício de suas prerrogativas políticas” (Bardi e Mair, 2010, p. 239); “divisões funcionais”, em que o padrão das interações varia consideravelmente entre diferentes arenas funcionais (em particular as arenas eleitoral e parlamentar). Mobilizar essas ideias para a análise do caso brasileiro pode ser um caminho proveitoso. Sem postular a existência de mais de um sistema partidário no Brasil, a análise aqui apresentada sugere que há certo grau de descolamento dos sistemas partidários estaduais em relação ao sistema partidário nacional (“divisão horizontal”)[...]

Diante desse recorte, é preciso ressaltar que pelas nossas observações o PSDB também apresentou um baixo desempenho nas eleições para a Câmara dos Deputados, quando comparado a 2014. O número de deputados federais eleitos pelo partido em 2018 foi o menor de todas as eleições as quais disputou, porém tal declínio não ocorreu de modo abrupto, como no pleito presidencial, sendo que desde 2002 o partido vem decaindo no que se refere ao número de cadeiras obtidas nessa Casa Legislativa (ver tabela 12). Já em relação aos governos estaduais, o PSDB em 2018 elegeu o governador de três estados, entre eles o mais importante do país, São Paulo, feito que ocorre ininterruptamente desde 1994 (ver tabela 21). No nível do executivo municipal, em 2016, o partido elegeu 804 prefeitos, 7 deles em capitais, incluindo o município de São Paulo. (ver tabela 13).

Descarta-se assim, pelo menos até o presente momento, que a expressiva perda de votos no pleito presidencial tenha sido observada também nas demais eleições. O PSDB nos níveis estaduais e municipais permaneceu, pelo menos até 2018, obtendo vitórias importantes nessas respectivas eleições, não sendo possível encontrar o mesmo paralelo do que ocorreu no pleito presidencial nas demais arenas.

Para melhor compreendermos a *débâcle* tucana na eleição presidencial de 2018, nossa pesquisa no primeiro capítulo deste trabalho, elencará exemplos históricos de partidos exitosos eleitoralmente de 1982 a 1990, e que num período de apenas quatro anos sofreram perdas significativas de votos. É o caso de PDS (1982-1986), PMDB (1986-1990) e do PRN (1989-1994), que por razões comuns e diversas, experimentaram vitórias expressivas que não se sustentaram. No caso de PDS e PMDB, as disputas de que nos utilizamos para as comparações foram as eleições legislativas ocorridas em 1982, 1986 e 1990.

Iniciaremos o capítulo inicial fazendo referência a tipologia de sistemas partidários de Giovanni Sartori (1982) para em seguida expor como a crise econômica e o progressivo surgimento de novos partidos na arena eleitoral brasileira foram elementos decisivos para o declínio eleitoral do PDS e PMDB em 1986 e 1990, respectivamente, e como a candidatura carismática e personalista de Fernando Collor em 1989, apartada de ideários partidários, fez com que na eleição seguinte, com Collor fora da disputa, o PRN praticamente desaparecesse eleitoralmente.

Em seguida, no capítulo 2, por considerarmos que as eleições de 2018 não estão descoladas das eleições anteriores, centraremos nossa exposição na trajetória eleitoral do PSDB nas outras sete eleições presidenciais, observando os redutos eleitorais do partido, as regiões de menor penetração, e como se deram os deslocamentos de seu eleitorado de 1989 a 2014. Para não perder de vista a relevância do partido nos demais níveis da disputa eleitoral, abordamos também, porém de modo incidental, o desempenho tucano nas eleições legislativas federais, assim como nas eleições de governadores e prefeitos, o que se revela importante para aferirmos se a queda tucana em 2018 se deu apenas na disputa nacional ou também se verificou nas demais arenas eleitorais. No mais, a partir da teoria geral dos partidos políticos de Duverger (1970), buscaremos classificar o PSDB tendo em vista a sua origem e seus traços constituintes, objetivando assim melhor compreender sua natureza. Traremos ainda nesse segundo capítulo a hipótese levantada por Singer (2012) acerca do *realinhamento eleitoral* que se estabeleceu no país a partir das eleições de 2006, fenômeno que, segundo o autor, fez com que o eleitorado do PSDB se concentrasse nas classes médias e mais abastadas da sociedade, enquanto que o PT passou a ser prioritariamente a opção dos mais pobres, que, em ampla maioria, passaram a pautar o comportamento de candidatos e partidos.

No capítulo 3, além de expor os principais fatos políticos que influenciaram as eleições de 2018 (pauta moralista, elevação de discursos antissistemas), tornando-a atípica, compararemos os números de votos do PSDB nas eleições presidenciais de 2014 e 2018, levantamos duas questões

que podem levar à compreensão de desempenhos tão discrepantes: **i)** o PSDB errou ao repetir a estratégia de 1994 de disputar a eleição presidencial na condição de partido governista? **ii)** Embora institucionalizado na esfera organizacional, o PSDB revelou problemas de enraizamento junto à sociedade brasileira?

O primeiro questionamento decorre da observação de que o governo de Michel Temer, do início ao fim, foi bastante impopular, segundo as pesquisas de opinião, e de que crescia concomitantemente em boa parte da sociedade um sentimento contraditoriamente conservador e antissistema. A segunda questão parte da observação de que o PT, outro partido fiador da estabilidade do sistema partidário, embora também derrotado em 2018, conservou ainda a maior parte de seu eleitorado, mantendo sua base eleitoral num patamar bastante superior à base do PSDB, cuja maioria do apoio que recebeu em 2014 migrou para a candidatura personalista de Bolsonaro quatro anos depois.

Assim, parece possível que o hipotético baixo enraizamento social do PSDB junto ao eleitorado brasileiro não o tenha impedido de ser histórica e eleitoralmente exitoso nas arenas eleitorais estaduais e municipais, nem de eleger por duas vezes o presidente da República e de avançar ao segundo turno do pleito presidencial em outras quatro oportunidades. No entanto, em momentos em que forças externas ao sistema eleitoral ganham intensidade e passam a investir contra o *establishment* político, essa possível pouca aderência junto à sociedade pode ter cobrado seu preço na principal disputa eleitoral do país.

Enraizamento social partidário é uma das dimensões do conceito de *institucionalização do sistema partidário*, desenvolvido por Mainwaring e Scully (1995) e Mainwaring (1999). Para melhor investigar essa referida dimensão, nos propusemos a isolar três variáveis que acreditamos *a priori* se relacionar em maior ou menor medida com a ideia de enraizamento social partidário: **a)** filiação partidária, **b)** número de votos na legenda e **c)** preferência partidária. Adiantamos que nas duas primeiras variáveis os números não apontam grandes discrepâncias em relação ao PT. Mas em relação à preferência dos eleitores, o PSDB obtém índices bem menos consistentes do que os do PT, o que pode ser uma chave explicativa para se entender por que, apesar de também derrotado em 2018, o PT resistiu mais.

Buscaremos ainda neste trabalho, com base na literatura deste tema, apresentar os principais aspectos da conjuntura política dos últimos anos que, conjugados, fizeram com que a díade PT-

PSDB, estável desde 1994, tivesse um de seus polos retirados da disputa presencial por um candidato de discurso *outsider*, embora pertencente ao sistema.

O hipotético precário enraizamento social do PSDB na preferência do eleitorado brasileiro aliado a um crescente e difuso sentimento antissistema, iniciado em 2013, que se adensou e que contribuiu decisivamente para a reativação de uma atávica retórica autoritária e conservadora de direita no país podem estar no centro da causa do da queda eleitoral do partido.

Pretendemos ainda apresentar os aspectos políticos da vida nacional ocorridos no período posterior à já polarizada eleição de 2014 que contribuíram em maior ou menor medida para o resultado de 2018, tais como o impeachment de Dilma Rousseff, a cobertura pelos grandes veículos de imprensa da *Operação Lava Jato*, a suspensão dos direitos políticos de Lula, decorrente de sua condenação e prisão e a ascensão de uma nova direita.

No presente trabalho, nossa metodologia se fundou em dados quantitativos obtidos diretamente dos sites dos Tribunais Eleitorais do país, bem da compilação elaborada pelo cientista político Jairo Nicolau e outros autores, sempre referenciados junto à apresentação. Na referida exposição, optamos por utilizar o percentual do número de votos totais (total de eleitores que compareceram para votar), e não apenas o número de votos válidos, que excluem do cômputo os votos brancos e nulos. Fizemos tal escolha por considerar que os votos brancos e nulos são escolhas legítimas do eleitor e devem ser considerados na exposição dos resultados para melhor compreensão da opção dos eleitores naquele dado momento. Nos utilizamos ainda dos resultados de pesquisas de opinião realizadas pelo CESOP e pelo Datafolha acerca da preferência partidária dos brasileiros nas últimas três décadas.

Devido a grande ocorrência de troca dos nomes das siglas partidárias em razão de fusões e incorporações, optamos por apresentar o nome vigente do partido em relação ao momento histórico em que o mesmo é referido. Quando a opção deste trabalho for apresentar uma série histórica do desempenho eleitoral do partido, traremos junto da sigla vigente também as anteriores que já fizeram parte de sua nomenclatura. O anexo de siglas e partidos apresenta o histórico de mudanças ocorridas através dos anos.

CAPÍTULO I – BREVE QUADRO HISTÓRICO: DECLÍNIOS ELEITORAIS NO PERÍODO 1982-1994

PDS, PMDB e PRN: instabilidade nos primeiros anos

O fim do bipartidarismo compulsório do regime militar (Kinzo, 1989) formalizado pela reforma partidária de 1979, parte da abertura lenta e gradual conduzida pelo governo de Ernesto Geisel, possibilitou o surgimento de novos partidos políticos no Brasil, que passaram a disputar a preferência dos brasileiros nas eleições locais (municípios e estados) e para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal a partir de 1982.

Desde então, nessa nova dinâmica eleitoral multipartidária, que a nível nacional se restringiu ao poder legislativo até 1986, observa-se nos anos 80 um quadro de bastante instabilidade quanto à consolidação e manutenção da influência obtida pelos partidos políticos junto aos eleitores, que perdurou mais intensamente até 1994, quando inicia-se um período de relativa acomodação de três principais partidos políticos, a saber PT, PSDB e MDB (Melo & Câmara, 2012) em patamares de elevado desempenho e equilíbrio eleitorais.

De acordo com a clássica tipologia dos sistemas partidários elaborada por Sartori (1982), o sistema partidário brasileiro após 1979 pode ser enquadrado como de pluralismo moderado. Ainda assim, Carreirão (2014, p. 266) pondera que

a qualificação de “moderada” para a competição partidária, na tipologia de Sartori, está mais referida à distância ideológica entre os partidos e à dinâmica da competição (se centrípeta ou centrífuga), mas, em relação ao critério numérico, Sartori afirma que o “pluralismo limitado e moderado” compreende “de três a cinco partidos relevantes”. Além disso, a comparação com dados atuais de outros países mostra que o Brasil é, talvez, o país com o sistema partidário mais fragmentado do mundo, tomando as câmaras baixas como referência. Trata-se, portanto, em termos comparativos, de um elevado (e não moderado) grau de competição partidária.

Ainda que novos partidos já pudessem ser criados e ingressar na disputa eleitoral, as velhas legendas (PDS e PMDB, novas designações da Arena, partido de apoio ao regime autoritário, e MDB, partido de oposição consentida pelo regime) inicialmente mantiveram-se hegemônicas, obtendo nas primeiras eleições legislativas do novo sistema multipartidário maciças votações que, no entanto, foram seguidas por perdas consideráveis de votos no pleito imediatamente posterior às suas respectivas consagrações.

A análise do desempenho eleitoral desses dois partidos nos anos 80 tomou como referência o resultado das eleições legislativas de 1982, 1986 e 1990 (incluindo deputados federais e senadores), embora o resultado da eleição presidencial de 1989, a primeira decidida pelo voto direto desde 1960, também tenha sido utilizada neste trabalho para demonstrar a perda de influência do PMDB no curto período de 1986 a 1990.

Por razões comuns e diversas, como serão demonstradas a seguir, PDS e PMDB não conseguiram sustentar em 1986 e 1990, respectivamente, sequer metade das cadeiras obtidas para o Congresso Nacional nas eleições em que se mostraram dominantes.

Antes de iniciarmos as comparações, cabe uma ressalva. Por suas características, o resultado das eleições legislativas analisadas apenas em termos de números de deputados federais e senadores eleitos pode levar a uma consideração equivocada acerca da base de apoio nacional deste ou daquele partido. Tendo em vista a desproporcionalidade resultante dos critérios estabelecidos pela Constituição Federal no que se refere ao número de deputados eleitos por cada estado e sua conformação com o número de eleitores dessa circunscrição em relação ao total de eleitores do país, estados menos populosos acabam obtendo uma sobrerrepresentação em relação aos estados mais populosos. (Nicolau, 1997) No caso da eleição para o Senado, essa desproporção fica ainda mais evidente, pois sabe-se que independentemente do número de eleitores de cada estado, cada ente e o Distrito Federal terão direito a eleger ora um senador, ora dois senadores, a depender do ano da eleição.

Tabela 1 - Evolução do número de entes federativos com direito a representação no Congresso Nacional e do número de cadeiras em disputa na Câmara dos Deputados

	1982	1986	1990	1994 até hoje
Entes federativos com direito a representação no Congresso Nacional	23 estados e 2 Territórios federais	23 estados, 2 Territórios federais e o Distrito Federal	26 estados e o Distrito Federal	26 estados e o Distrito Federal
Número de cadeiras em disputa para a Câmara dos Deputados	479	487	503	513

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021)

Ainda assim, acreditamos que a comparação em termos de cadeiras obtidas mostra-se válida pois as regras de proporcionalidades foram mantidas, apesar de a região Norte ter obtido três novos estados após a promulgação da Constituição de 1988, adquirindo ainda mais peso.

PDS (1982-1986)

A primeira abrupta e expressiva perda de votos a nível nacional no novo regime multipartidário pode ser observada já nos resultados das eleições legislativas de 1986. O PDS, como dito, destino das principais lideranças da Arena, perdeu 87% de sua representatividade no Congresso Nacional por meio do voto popular no intervalo de apenas um pleito. De grande vitorioso nas eleições de 1982⁹, elegendo 12 governadores, 235 deputados federais e 15 senadores, o PDS foi apenas o terceiro partido com melhor desempenho em 1986, se adotarmos esses mesmos indicadores em ambas as eleições.

Registre-se que o fator preponderante para o baixo número de eleitos do PDS em 1986 está na dissidência interna ocorrida durante a legislatura que se iniciou em janeiro de 1983. Sinais de instabilidade na unidade do PDS tornaram-se patentes na votação da *emenda constitucional Dante de Oliveira* em abril de 1984, que propunha o restabelecimento da eleição direta para presidente da República já para o ano seguinte. Dos 237 deputados federais do PDS à época da votação da emenda, 57 contrariaram a orientação do partido e votaram a favor de sua aprovação (Tarouco, 1999).

Como a emenda não foi aprovada, o PDS teve de indicar dentre seus integrantes um candidato para a eleição indireta para presidente da República, o que gerou nova divisão. Do racha, surgiu a Frente Liberal, que logo em seguida tornou-se o Partido da Frente Liberal, e que de imediato subtraiu cadeiras do PDS no Congresso Nacional. Assim, o PFL, sem mesmo ter disputados eleições populares, contava inicialmente, à época de sua fundação, com 73 parlamentares entre seus filiados, sendo a terceira maior bancada do Congresso Nacional, atrás apenas de PMDB e PDS, que com a dissidência ocorrida no início de 1985 perdeu cerca de 25% de seus parlamentares.¹⁰

9 Apesar de ter eleito mais governadores e parlamentares que o PMDB em 1982, os parlamentares eleitos do PDS eram representantes sobretudo das regiões norte e nordeste do país, enquanto o PMDB obteve a maior parte de suas cadeiras pelos votos do sudeste e do sul, regiões com mais eleitores que aquelas.

10 Segundo Kinzo (1989), “um grupo de parlamentares do PDS recusou-se a apoiar a candidatura de Paulo Maluf para presidência da República. Acabaram deixando o partido para formar o PFL”

Antes mesmo das eleições de 1986, o PDS acabou sofrendo uma nova debandada de parlamentares, que rumaram, a maior parte deles, para o recém-criado PFL. Um dos parlamentares dissidentes do PDS foi o futuro presidente da República José Sarney, que migrou para o PMDB ainda em 1984, sendo escolhido candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves. Em julho de 1986, o PDS possuía 81 parlamentares no Congresso Nacional, enquanto que neste momento o PFL já era a segunda maior bancada, ocupando 149 cadeiras.

Apurados os votos das eleições de 1986, o PDS acabou elegendo 33 deputados federais e 2 senadores, o equivalente a apenas 6,5% de todas as cadeiras em disputa naquela eleição para o Congresso Nacional, em contraste com os 250 parlamentares eleitos apenas quatro anos antes, o que representava 49,6% do total de cadeiras. Observa-se assim, uma expressiva perda de apoio eleitoral do PDS quando comparado com a eleição imediatamente anterior, no âmbito das eleições para o Congresso Nacional.

Tabela 2 - Número de deputados federais e senadores eleitos por partido (1982 e 1986)

	1982 ¹¹	1986 ¹²
PDS	250 (49,6)	35 (6,5)
PMDB	209 (41,5)	298 (55,6)
PFL	-	125 (23,3)
PDT	24 (4,8)	25 (4,7)
PTB	13 (2,6)	17 (3,2)
OUTROS	8 (1,6)	36 (6,7)
TOTAL	504 (100)	536 (100)

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021)

No entanto, as urnas apenas ratificaram o declínio da sigla que já se configurava com a cisão na votação da emenda Dante de Oliveira e depois com a escolha do candidato para o pleito de

11 Composição resultante das eleições de 1982

12 Composição resultante das eleições de 1986

sucessão do presidente João Figueiredo. Quando o PDS lançou seus candidatos na eleição de 1986, já havia perdido, em razão da migração partidária, cerca de 70% das cadeiras que possuía em janeiro de 1983.

Tabela 3 - Número de governadores eleitos por partido (1982 e 1986)

	1982	1986
PDS	12	0
PMDB	9	22
PDT	1	0
PFL	-	1

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021)

Por outro lado, indaga-se se a dissidência aberta pelo PFL em 1984 representou de fato um novo agrupamento político que se diferenciou nitidamente do PDS a ponto de ambos os partidos não compartilharem a mesma visão de mundo. Segundo Tarouco (1999), a maioria dos deputados do PDS que votaram a favor da emenda Dante de Oliveira, ou que da votação se ausentaram, participaram da fundação do PFL¹³. A opção pela imediata retomada do regime democrático, objeto da referida emenda, em oposição aos deputados do PDS que votaram contra, é uma diferenciação importante, que denotaria que o surgimento do PFL representou um rompimento ideológico em relação ao PDS.

No entanto, para Lavareda, (Apud Tarouco, 1999), os dissidentes do PDS que formaram o PFL souberam interpretar a repulsa da opinião pública ao candidato Paulo Maluf, cuja imagem concentrava a hostilidade dirigida anteriormente ao regime. Perceberam também que o desejo de mudança expresso na campanha pelas *Diretas Já* seria canalizado para o apoio ao candidato Tancredo Neves.

Segundo Kinzo (1989), que analisou as votações dos partidos em relação a alguns itens do projeto da Comissão de Sistematização submetido à votação do plenário durante os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1988, PDS e PFL tiveram padrões de votos bastante semelhantes, o que

¹³ 57 deputados federais do PDS votaram a favor da emenda Dante de Oliveira, enquanto 65 votaram contra. 112 deputados do partido se ausentaram da votação. Como eram necessários 320 votos a favor da emenda para sua aprovação, os ausentes na prática contribuíram para a rejeição da proposta. TAROUCO (1999).

pode corroborar a hipótese de que os parlamentares das duas siglas, embora sob diferentes designações partidárias, ainda representavam valores bastante semelhantes, podendo ser precipitado afirmar que a queda vertiginosa do PDS em 1986 representou um momento de acentuado declínio das ideias pedeessistas, pois essas eram também bandeiras do PFL.

Para Tarouco (1999, p. 34),

o conjunto de dissidentes (que formariam o PFL) estava apostando na estratégia de se posicionarem na oposição enquanto permaneciam vinculados ao governo. O novo partido que estavam formando poderia assim se valer das condições criadas para o novo governo sem desperdiçar os recursos trazidos do governo militar, pois já surgia alicerçado no poder situacionista do Nordeste.

Nota-se ainda que o PFL em 1986, herdeiro majoritário das cadeiras do PDS no Congresso Nacional, teve seus deputados federais e senadores sufragados principalmente pela região nordeste do país, justamente onde se configurou o reduto eleitoral do PDS em 1982. Some-se a isso o fato de ambos os partidos terem se coligado entre si em 6 dos 9 estados da região na eleição para o governo dos estados em 1986, o que ressalta a afinidade de ambos os grupos políticos localizados à direita do espectro político brasileiro.

Se somarmos o número de parlamentares do PFL e do PL, outro partido situado à direita do espectro político, eleitos em 1986 aos do PDS na mesma eleição, o declínio desse bloco ainda é observado, mas numa escala menor, na ordem de 37%, e não de 87%, sofrida pelo PDS isoladamente. Tal cálculo acreditamos que apresenta-se pertinente se a análise do desempenho eleitoral dos partidos não ficar circunscrita apenas aos votos atribuídos a uma dada nomenclatura, mas aos blocos ideológicos nos quais eles se circunscrevem. Embora o PDS e seus dissidentes tivessem se dividido quanto à votação da emenda Dante de Oliveira e à escolha de Paulo Maluf como candidato do partido na eleição indireta de 1985, afere-se que os dois grupos políticos guardavam entre si mais semelhanças do que diferenças, que se mostraram mais pragmáticas do que ideológicas tendo em vista a análise de suas posições na Assembleia Constituinte.

Portanto, entendemos que a expressiva perda de votos do PDS em 1986, embora bastante danosa à sigla em si, acabou sendo mitigada pelo bom desempenho, na mesma eleição, de seu sucedâneo ideológico, o PFL, que tornou-se mais palatável à opinião pública dos novos tempos democráticos e que buscou se desvincular do regime autoritário que havia se retirado da cena política nacional. No entanto, como já demonstrado, ainda que se some os votos do bloco

“PDS/PFL/PL”, o resultado é ainda bastante inferior ao obtido pelo PDS em 1982, não cabendo às dissidências ocorridas dentro do partido a razão exclusiva da queda de desempenho eleitoral desse grupo político, embora se possa argumentar, com razão, que parte dos dissidentes do PDS também se juntou ao PMDB.

Adicionamos duas outras possíveis razões comuns importantes nesse processo de concomitante queda do PDS e ascensão do PMDB. A primeira é que as eleições legislativas de 1986, as primeiras após o fim do regime autoritário, esteve envolta numa aguda crise social e econômica. Nesse novo cenário, o PMDB, que durante o bipartidarismo compulsório encarnou a identidade oposicionista à ditadura militar, foi o partido que mais se beneficiou nesse momento de transição democrática justamente por ter uma imagem que se opunha ao PDS situacionista (Kinzo, 1989). A segunda razão para que os eleitores optassem maciçamente pelo PMDB em detrimento do PDS em 1986 foi o sucesso inicial do plano econômico Cruzado, liderado pelo presidente José Sarney, que atingiu o auge de aprovação justamente durante aquelas eleições.

PMDB (1986-1990)

Outro partido com grande êxito eleitoral numa disputa e que no pleito imediatamente seguinte perdeu parte significativa de seus eleitores foi o PMDB nas eleições de 1986 e 1990. Retumbante vencedor das eleições de 1986, o sucesso inicial do plano cruzado, que congelou preços e segurou artificialmente a inflação, catapultou a popularidade do partido junto aos eleitores, fazendo-o eleger o governador de 22 dos 23 estados em disputa (Stephanowitz, 2016). No Congresso Nacional, foram eleitos 298 parlamentares peemedebistas, 56% do total.¹⁴

Porém, na eleição legislativa seguinte, em 1990, o partido conseguiu eleger 7 governadores e 116 parlamentares (deputados federais e senadores), cerca de 22% das cadeiras do Congresso Nacional. A diminuição de eleitos pelo partido, no âmbito parlamentar federal, equivaleu a uma perda de 61% em relação ao pleito de 1986.

Lamounier (1990) afirma que “o desapontamento no terreno da economia associou-se, dessa forma, a uma profunda crise de confiança, que acabou vitimando não apenas a momentânea

¹⁴ Nas eleições de 1986 havia em disputa, além dos cargos de deputado estadual, o cargo de governador em 23 estados. Havia ainda eleições para a escolha de 487 deputados federais e 49 senadores para o Congresso Nacional.

popularidade do presidente, mas também os partidos políticos, principalmente o PMDB, que lhe davam sustentação.”

Em 1989, na primeira eleição presidencial decidida pelo voto popular desde 1960, o desempenho do candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, também foi bastante aquém do que se poderia esperar de um partido que três anos antes se tornara hegemônico. Candidato e partido obtiveram 3.204.853 votos, o equivalente a 4,7% do total, terminando a disputa como a sétima candidatura mais bem votada. Nota-se ainda que o desempenho do PFL foi ainda pior. Seu candidato, Aureliano Chaves, obteve apenas 0,9% do total de votos eleição presidencial de 1989.

Tabela 4 - Número de deputados federais e senadores eleitos por partido (1986 e 1990)

	1986	1990
PMDB	298 (55,6)	116 (21,7)
PFL	125 (23,3)	90 (16,9)
PDT	25 (4,7)	47 (8,8)
PDS	35 (6,5)	44 (8,2)
PRN	-	42 (7,9)
OUTROS	53 (9,9)	195 (36,6)
TOTAL	536 (100,0)	534 (100,0)

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021)

O declínio eleitoral do PMDB, que já havia sido registrado nas eleições presidenciais de 1989, confirmou-se um ano depois. No entanto, embora tenha havido uma significativa perda de influência do partido, refletida no número de governadores e parlamentares eleitos em 1990, esse declínio a rigor só pode ser observado tendo sempre em vista o seu desempenho incomum nas eleições anteriores, uma vez que o PMDB conservou-se como o partido de maior bancada no Congresso Nacional.

Tabela 5 - Número de governadores eleitos por partido (1986 e 1990)

	1986	1990
PMDB	22	7
PFL	1	8
PDT	0	3
PDS	0	2
OUTROS	0	7

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021)

O aumento do número de partidos que conseguiram eleger ao menos um parlamentar e o maior espraiamento destes eleitos entre essas agremiações, fenômeno que se pode observar até os dias de hoje, conferiram maior equilíbrio na divisão de cadeiras no Congresso Nacional, acabando por contribuir para que em termos relativos a presença do PMDB no Parlamento em 1990 fosse sensivelmente menor do que na eleição anterior. A participação dos seis partidos que mais elegeram deputados federais e senadores decaiu de 96,7% em 1986 para 71,4% em 1990. Some-se a isso a severa crise econômica que voltou a atingir níveis exasperantes logo após as eleições de 1986, que fez com que o ex-presidente Sarney, do PMDB, tivesse baixos índices de popularidade durante praticamente todo o seu mandato (Lamounier, 1990). Por fim, a cisão partidária interna ocorrida em 1988, que acabou resultando no surgimento do PSDB, fez emergir um novo concorrente pelos votos do eleitor, tendo os tucanos¹⁵ eleitos 38 parlamentares em 1990.

Isso posto, seria impróprio asseverar que o fenômeno ocorrido com o PMDB em 1989/1990 guarde semelhança com o baixo desempenho do PDS em 1986. Apesar de o partido sucessor da Arena ter se recuperado levemente nas eleições de 1990, passando de 6,5% a 8,2% do número de parlamentares do Congresso Nacional, a sigla não mais recuperou o protagonismo do início da década de 80, acabando por fundir-se em 1993 ao Partido Democrata Cristão, dando origem ao Partido Progressista Reformador, que após sucessivas fusões resultou no atual Partido Progressista.

Já o PMDB, embora tenha optado, após o fracasso da votação de Ulysses Guimarães, por lançar candidato próprio à presidente da República apenas em 1994 e 2018, consolidou-se como o

¹⁵ A exemplo dos partidos norte-americanos que adotam mascotes para representar a instituição, o PSDB adotou no mesmo ano de sua fundação o tucano como imagem símbolo do partido.

partido que mais elegeu deputados federais e senadores na Nova República, tendo sido fundamental na base de apoio no Congresso Nacional tanto dos governos vindouros do PDSB como do PT. A diminuição no número de peemedebistas eleitos em 1990 pode ser atribuída certamente à avaliação negativa que o partido recebeu dos eleitores em sua primeira experiência governista a nível nacional (1985-1989), mas também à grande fragmentação do sistema partidário brasileiro, que passou a partir daquela eleição a abarcar uma multiplicidade de legendas capazes de se fazerem representar pela eleição de deputados e senadores. Segundo Nicolau (2018), “entre 1985 e 1994, nada menos do que 68 partidos foram organizados e disputaram pelo menos uma eleição.”

Se analisadas as eleições de 1986 como marcadas pelo predomínio de um partido (PMDB) em relação a todos os outros, na observação do desempenho desse mesmo partido em 1990, mais modesto embora também vitorioso, não podemos nos furtar a considerar o efeito da grande fragmentação partidária na composição do Congresso Nacional, o que passaria a gerar grandes dificuldades para a eleição de bancadas hegemônicas de apenas um partido no interior do Parlamento. Apesar da perda expressiva de cadeiras em 1990, o PMDB foi ainda o partido que mais elegeu deputados federais naquela eleição.

Tabela 6 - Número de partidos que elegeram ao menos um deputado federal desde 1982

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Câmara dos deputados	5	12	19	18	18	19	21	22	28	30
Peso dos 5 maiores partidos da Câmara dos deputados	1	0,93	0,63	0,70	0,79	0,72	0,67	0,60	0,51	0,42

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021)

Contudo, a eleição presidencial de 1989 inaugurou, após um período de 29 anos sem que o presidente da República fosse eleito pelo voto direto dos cidadãos brasileiros, um novo parâmetro em que a força eleitoral dos partidos no nível nacional pode ser aferida sem ponderações de proporcionalidade, como no caso das eleições legislativas. Ainda que em razão das desigualdades econômicas e demográficas entre as regiões brasileiras, as análises dos resultados eleitorais possam e devam evidenciar os recortes regionais e locais, apontando os redutos eleitorais deste e daquele

partido, a análise do todo nacional reflete a resultante da correlação de forças desses mesmos redutos locais.

Assim, a partir de 1989 as agremiações se viram diante de um novo flanco da disputa pelo poder, tendo que adotar por vezes estratégias distintas quanto às eleições legislativas, como por exemplo assim o fizeram de forma bastante exitosa o PMDB e o PFL, que priorizaram a partir de então as eleições para as arenas legislativas, estaduais e municipais, de cunho local, afeitas à maior capilaridade desses dois partidos construída no período do regime autoritário. Por outro lado, PT e PDSB, até mesmo pela característica de suas lideranças, tornaram-se porta-vozes de projetos nacionais, antagônicos desde meados de 1993, estabelecendo-se assim como os dois únicos partidos brasileiros vocacionados à disputa presidencial (Melo & Câmara, 2012), embora não deixassem de apresentar também robustas votações para o Parlamento, como mostra a quantidade de deputados federais e senadores eleitos pelo dois partidos, sobretudo no período de 1994 a 2014. Desse modo, nosso trabalho a partir deste ponto passará a privilegiar o enfoque nas eleições presidenciais.

Porém, antes que PT e PSDB passassem a ocupar o lugar de predomínio nas eleições para presidente da República, observamos um terceiro exemplo de partido político que obteve consagrada votação e que erodiu logo em seguida: o PRN nas eleições presidenciais de 1989 e 1994.

PRN (1989-1994)

O Partido da Juventude teve origem em 1985. Em fevereiro de 1989, quando da filiação de Fernando Collor de Mello, o partido alterou seu nome para Partido da Reconstrução Nacional. Como se sabe, Fernando Collor, filiado ao PRN, acabou-se elegendo presidente da República pelo voto popular, algo inédito desde 1960. Collor e o PRN obtiveram em 1989, no primeiro turno das eleições, 20.607.936 votos, terminando a primeira fase da disputa com o equivalente a 28,5% dos votos totais. No segundo turno, contra Lula do PT, Collor elegeu-se presidente da República com 35.085.457 votos, ou 49,5% dos votos totais.

Embora fosse o partido do presidente da República, o PRN não elegeu nenhum governador nas eleições de 1990. Para o Congresso Nacional, seu desempenho eleitoral também foi bastante modesto, tendo eleito apenas 2 senadores e 40 deputados federais, que ocorreram um ano após a eleição de Collor.

A esse respeito, Mainwaring e Torcal (2005, p. 271) afirmam que

Fernando Collor de Mello (1990-92) criou um partido com o objetivo de concorrer à presidência em 1989 e derrotou os candidatos dos partidos estabelecidos. Sete meses depois de sua posse, seu partido conquistou apenas 40 das 503 cadeiras da Câmara de Deputados nas eleições parlamentares de outubro de 1990. Com um claro apelo personalista e não partidário, seu partido desapareceu depois que ele renunciou em 1992, a fim de evitar o impeachment.

A crise econômica e política que levou ao impeachment de Collor em 1992 teve impacto imediato na bancada do PRN no Congresso Nacional. Em pouco tempo, a maioria de seus integrantes abandonou a legenda, procurando desvincular-se da imagem do presidente deposto. Em alguns estados, como São Paulo, os diretórios do partido foram extintos.

No entanto, antes mesmo da renúncia do ex-presidente Collor, a bancada do PRN na Câmara dos deputados já era bastante diminuta. No dia da votação da admissibilidade do processo de impeachment de Collor, 28 deputados federais eram filiados ao PRN, contra 40 que foram eleitos em 1990. Desses 28 deputados federais, 18 votam pelo prosseguimento do processo contra o ex-presidente. (Rossi, 2016)

Sem nenhum apoio importante para as eleições de 1994, nem mesmo do então presidente Itamar Franco, eleito vice-presidente na chapa de Collor, que havia manifestado sua intenção de deixar o PRN já em 1992 (Dantas, 1994), o partido vitorioso na eleição presidencial de 1989 lançou na disputa presidencial o desconhecido candidato Carlos Antônio Gomes, obtendo ao final do primeiro turno apenas 0,5% de todos os votos no primeiro turno.

Tabela 7 - Número de deputados federais e senadores eleitos pelo PRN (1990 e 1994)

PRN	1990	1994
Deputados federais	40	1
Senadores	2	0

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021)

Tabela 8 - Número de votos obtidos pelo PRN nas eleições presidenciais de 1989 e 1994

PRN	1989	1994
1º turno	20.607.936 Fernando Collor (28,5)	387.611 Carlos Antônio Gomes (0,5)

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021)

Com o afastamento de Collor da cena política, o PRN não conseguiu se manter como uma agremiação competitiva no quadro partidário nacional. Para Rossi (2016), o PRN não passou de uma “ficção”.

Pela análise e cotejo do desempenho do partido nas eleições de 1989/1990 com as de 1994, nota-se que a vitória obtida na eleição presidencial de 1989 foi um ponto fora da curva do ainda incipiente sistema partidário brasileiro, e deve-se sobretudo ao carisma pessoal do ex-presidente Collor, numa quadra histórica ainda de aguda crise econômica e social em que o então candidato colocou-se perante os eleitores de maneira exitosa como um candidato viável.

CAPÍTULO II – A TRAJETÓRIA ELEITORAL TUCANA

Origem e primeiras eleições (1988-1992)

Há na literatura alguma divergência acerca das reais motivações que levaram quarenta e oito parlamentares do PMDB a deixarem o partido e fundarem o PSDB em 25 de junho de 1988¹⁶. Sabe-se que a aprovação pelo plenário da Constituinte do mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney foi a gota d'água para a dissidência, e que a aprovação que manteve o sistema presidencialista no país já havia colocado os grupos discordantes em lados diferentes.

Além das preferências relativas ao sistema de governo que o país deveria adotar e, após a aprovação do presidencialismo, do tempo de duração do mandato do presidente, a acusação cada vez mais estridente dos ditos “peemedebistas históricos” contra setores clientelistas do PMDB também distinguiu o grupo que se insurgia daqueles ligados sobretudo ao então governador de São Paulo Orestes Quécia.

Para Kinzo (1989), a dissidência foi sim resultado de diferenças ideológicas entre uma ala conservadora e fisiológica do PMDB e outra crítica ao então presidente José Sarney. A autora observa que as posições ideológicas do PSDB durante a Constituinte estavam mais à esquerda do espectro político do que as do PMDB resultante após a dissidência.

Foi essa indefinição que levou um grupo de 48 parlamentares da ala centro-esquerda a sair do partido e criar uma alternativa partidária, o Partido da Social Democracia Brasileira. [...] Fica patente que a cisão que resultou na criação do PSDB teve a ver com divisões político-ideológicas que influíam, de modo mais ou menos intenso na luta partidária a nível regional ou estadual.

Para Bresser (1990), um dos fundadores do PSDB, ex-ministro dos governos de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, o PSDB representaria uma nova esquerda, em oposição à esquerda latino-americana arcaica dos anos 50, e que procuraria formular um novo diagnóstico e propor uma nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil.

16 Citamos neste capítulo os trabalhos de Kinzo (1989), Bresser (1990) e Fausto (2015), autores que apontam que a criação do PSDB ocorreu sobretudo por motivos ideológicos. Como contraponto, citamos também Roma (2002) que elaborou explicação alternativa aos primeiros autores, apontando para aspectos pragmáticos que envolveram a criação do PSDB. Eis nossa constatação de que há na doutrina divergências com relação as razões para criação do partido.

Em 2011, Bresser deixaria o PSDB alegando que sua posição e a do partido haviam mudado. “Às vezes me perguntam: ‘Se você não é mais um membro do PSDB, foram eles que mudaram ou você?’ Fomos os dois. Eles mudaram mais para a direita e eu mudei um pouco mais para a esquerda. Recuperei algumas ideias nacionalistas que achava muito importantes.” (Bresser, 2011)

Já para Fausto (2015), “o PSDB surgiu para ser uma força de centro-esquerda, democrática e reformista, de algum modo inspirada em correntes políticas social-democratas que chegaram ao poder na Espanha e em Portugal na primeira metade dos anos 80.”

O então senador Fernando Henrique diria em 1988 que o PMDB tinha se convertido em um partido típico da velha República (Singer, 2018), sendo que dois anos antes já havia afirmado haver o risco de o partido transformar-se em um visto “Arenão” (Benevides, 1986):

Contudo, também não era com velho MDB, que se tornara o “partido do povo” a partir de 1974 (Lamounier, apud Benevides, 1986), que os parlamentares que viriam a fundar o PSDB se identificavam. O que queriam os dissidentes era uma nova organização do Estado, alinhado aos mercados cada vez mais globalizados, diria o próprio Fernando Henrique em seu livro de memórias: “Mais do que representar uma posição à esquerda do centro, o PSDB queria “modernizar” o país, assumindo claramente posturas liberais para atingir tal objetivo. Mais do que representar as camadas populares, os tucanos queriam simbolizar o moderno. Compreende-se então a proximidade entre a nova sigla e os setores dinâmicos do capital.” (Cardoso, apud Singer, 2018).

Em posição divergente, Roma (2002, p. 73) assevera que o surgimento do PSDB não pode ser explicado em razão apenas de uma discordância ideológica entre as lideranças do PMDB. Para o autor

essas interpretações valorizam em demasia o aspecto ideológico como variável explicativa da fundação do PSDB. Acompanhando a evolução do partido, podemos observar que há evidências factuais questionando a origem do partido como sendo resultado da simples discordância de suas lideranças em relação a alianças com partidos de direita e à prorrogação do mandato presidencial. Não obstante pudesse parecer naquele momento que tais motivos levaram um grupo de parlamentares à cisão do PMDB, o fato é que seis anos mais tarde, quando o PSDB conquistou o governo federal, assim o fez em coligação justamente com o PFL, que, juntamente com o PMDB, compõe a coalizão legislativa de sustentação ao presidente Fernando Henrique Cardoso já em dois mandatos consecutivos. Além disso, ao longo do primeiro mandato, o PSDB e sua coalizão partidária empenharam-se na aprovação da emenda da reeleição que, na prática, possibilitou ao presidente Cardoso prorrogar seu mandato de quatro para oito anos. Portanto, seis anos após sua fundação, o

PSDB construiu uma aliança de centro-direita para chegar ao poder federal e, mais ou menos oito anos após sua fundação, conseguiu dobrar a duração do mandato presidencial. Em outras palavras, as explicações para sua criação, centradas em questões ideológicas, argumentando haver oposição do partido às alianças com a direita e ao casuismo da prorrogação do mandato presidencial, revelaram-se, ao longo do tempo, inconsistentes, visto que o próprio PSDB adotou tais estratégias de ação pouco tempo depois da sua fundação.

Ato contínuo ao deferimento de seu registro provisório pelo Tribunal Superior Eleitoral, o PSDB já possuía a terceira maior bancada parlamentar do Congresso Nacional, com quarenta deputados federais e oito senadores. No primeiro desempenho eleitoral, nas eleições municipais de 1988, o partido elegeu o prefeito de Belo Horizonte e obteve outras 17 prefeituras, um resultado ainda bastante modesto para o partido que o PSDB viria a ser. Já em 1992, o partido elegeu o prefeito de cinco capitais brasileiras (Macapá, Porto Velho, Salvador, Teresina e Vitória). Entre os vinte municípios mais populosos do país em 1992, o PSDB elegeu também o prefeito de Campinas.

Nas eleições presidenciais de 1989, o PSDB lançou Mário Covas, senador da República à época, eleito pelo PMDB em 1986, como candidato. Com 7.786.939 votos, 10,8% do total nacional, Covas foi o quarto candidato mais bem votado no primeiro turno daquelas eleições. Cerca de metade dos votos que Covas recebeu naquele primeiro turno foram provenientes do estado de São Paulo, reduto eleitoral do então senador paulista. Considerando apenas o estado de São Paulo, Covas obteve 21,8% do total de votos no primeiro turno, atrás apenas de Collor, que obteve 23,4% dos votos no estado e de Paulo Maluf, que obteve 22,6%. Lula, em São Paulo no primeiro turno, obteve 16,8% dos votos.

Tabela 9 - Resultado nacional do primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 – primeiros colocados – percentual de votos

Fernando Collor (PRN)	28,5
Lula (PT)	16,1
Leonel Brizola (PDT)	15,6
Mário Covas (PSDB)	10,8
Paulo Maluf (PDS)	8,3
Branco e Nulos	6,5

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021)

No entanto, o baixo desempenho do PSDB nas regiões nordeste e sul do país e em estados populosos como Rio de Janeiro e Minas Gerais deteve o avanço da candidatura de Covas. A exceção significativa fora do território paulista se deu no Ceará, onde Covas ficou em terceiro lugar com 17% dos votos daquele estado, atrás de Collor que obteve 30,6%, e de Brizola com 18% dos votos dos eleitores cearenses.

Tabela 10 - Resultado no estado de São Paulo do primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 primeiros colocados – percentual de votos

Fernando Collor (PRN)	23,4
Paulo Maluf (PDS)	22,6
Mário Covas (PSDB)	21,8
Lula (PT)	16,8
Afif Domingos (PL)	4,6
Branco e Nulos	4,0

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021)

Já nas eleições para o governo dos estados e para o Congresso Nacional, em 1990, o PSDB elegeu o governador do Ceará, Ciro Gomes, além de um senador, Beni Veras, também pelo estado do Ceará, e 38 deputados federais, metade deles oriundos da região sudeste.

Assim, em suas primeiras eleições nacionais, em 1989 para presidente da República, e em 1990 para o Congresso Nacional, o PSDB obteve legitimação das urnas como um dos principais partidos políticos do país, embora ainda distante da posição de proeminência nacional nas eleições presidenciais que o partido viria a ocupar nas seis eleições seguintes, de 1994 a 2014.

Tabela 11 - Número de votos e porcentagem – votos totais - eleições presidenciais de 1989 a 2018

	1989	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Votos para presidente da República (PSDB)	7.786.939 11%	34.350.217 44%	35.922.692 43%	19.694.843 21%	39.950.856 38%	33.078.177 30%	34.792.002 30%	5.096.349 4%
				2º turno	2º turno	2º turno	2º turno	
				33.356.860 36%	37.522.266 37%	43.638.458 41%	50.889.412 45%	

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021) e do TSE

Tabela 12 - Número de deputados federais eleitos pelo PSDB de 1990 a 2018 e porcentagem da bancada do partido em relação à Câmara dos

	Deputados							
	1989	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Deputados federais eleitos	38 8%	63 12%	99 19%	71 14%	66 13%	53 10%	54 11%	29 6%

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021) e do TSE

Tabela 13 - Número de prefeitos eleitos pelo PSDB no país, nas capitais brasileiras e nos vinte municípios mais populosos em cada eleição

	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Prefeitos eleitos no país	18	317	910	990	871	786	703	804
Prefeitos eleitos em capitais	1	5	4	4	5	4	5	7
Prefeitos eleitos nos vinte municípios mais populosos à época de cada eleição	1	2	4	3	6	3	3	6

Fonte: elaboração própria, segundo Fleischer (2002); site Teoria de Debate - Fundação Perseu Abramo (2008) e dados do TSE.

Ascensão e estabilidade (1994-2000)

Segundo a tese de parte da doutrina de que o PSDB em sua gênese pendia para o lado esquerdo do espectro político-ideológico, observa-se coerente o apoio do partido à candidatura de Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, embora houvesse líderes do partido que preferissem a neutralidade na disputa. (Delgado, 2018)

Porém, passadas as eleições de 1989, o PSDB chegou a discutir a possibilidade de sua participação no governo Collor, situado como de direita no espectro político-ideológico. Segundo o ex-presidente Collor, em entrevista ao jornalista Luís Nassif em 2020, durante os preparativos para o início de seu mandato, por algumas vezes [o próprio Collor] se reuniu com o ex-presidente do PSDB Franco Montoro, com o aval dos principais líderes tucanos à época, para tratar de uma participação do partido no novo governo. Collor disse que chegou a ser fechado acordo com Montoro para que José Serra, Fernando Henrique Cardoso e Tasso Jereissati, ambos do PSDB, virassem seus ministros. No entanto, o acordo não foi concretizado, segundo Collor, em razão de um ultimato dado por Mário Covas aos líderes tucanos, que ameaçou deixar a sigla caso o PSDB passasse a integrar o governo Collor¹⁷. Sem representantes no ministério do novo governo, o PSDB na Câmara dos Deputados quase três anos depois votou de maneira unânime pela admissibilidade da abertura do processo de impeachment do ex-presidente em 1992. (Sardinha, 2016)

Segundo Bresser (2011), o ex-presidente do PSDB, Franco Montoro, já dizia à época da fundação do partido em 1988 que o PT, por sua forte ligação com os sindicatos de trabalhadores, teria maior vocação a ocupar o espaço da centro-esquerda, empurrando o PSDB para a direita.

Já para Novaes (1994, p. 111 e 112), o PSDB

tratava-se de um partido de "opinião pública" com escassa inserção entre os setores organizados, seja no mundo do trabalho, seja no do capital. Oriundo de uma dissidência do PMDB, herdou deste a heterogeneidade social e ideológica. Como suas lideranças de projeção nacional, responsáveis pela separação, professam ideias progressistas próximas do ideário social-democrata padrão, o partido exhibe uma face pública nacional desse tipo, deixando às estruturas regionais a liberdade necessária à acomodação eleitoral de suas diferenças internas, que aparecem nas coligações.

¹⁷ Youtube – Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DLpxtDStRGE>> min. 38:40 a 43:50. TV GGN. Entrevista concedida a Luís Nassif.

Segundo Freitas (2018), PSDB e PT, antes aproximados pelo segundo turno das eleições de 1989, passaram a ser antagonísticos a partir do governo de Itamar Franco, e principalmente durante a eleição presidencial de 1994. O autor assevera que o Plano Real, elaborado sob o ministério de Fernando Henrique Cardoso durante o governo Itamar Franco, foi o ponto nodal da disputa entre as duas agremiações políticas.

O Plano Real, o sétimo plano econômico desde 1986¹⁸, que enfim debelou a inflação, e que contava com aprovação bastante elevada por parte da população, também foi assim bastante exitoso eleitoralmente. Seus efeitos na economia alavancaram significativamente a candidatura de Fernando Henrique. Para Mendes e Venturi (1994), o sucesso do plano econômico no controle da inflação exerceu papel decisivo nas intenções de voto em no candidato tucano.

Segundo esses mesmos autores, havia uma certeza comum em todas as análises no início de 1994: de que Lula estaria no segundo turno. Muito acreditaram em maio, quando Lula obteve 40% das intenções de voto, que o petista poderia vencer já no primeiro turno. Em apenas quatro meses, Fernando Henrique que tinha 17% das intenções de voto em maio, quase que triplicou esse percentual e após a apuração das urnas, sagrou-se vencedor com mais de 50% dos votos válidos.

Tabela 14 - Aprovação do Plano Real e intenção de votos para Presidente da República (%)

1994	maio	junho	julho	agosto	setembro
Aprovação do Plano Real	28	41	67	78	77
Intenção de voto em Fernando Henrique (PSDB)	17	19	25	41	47
Intenção de voto em Lula (PT)	40	41	34	24	22

Fonte: elaboração própria segundo dados das Pesquisas Datafolha publicados de maio a setembro de 1994

A adesão do PSDB ao governo Itamar Franco, que se iniciara com a deposição de Collor, acabou sendo a antessala da ascensão eleitoral do partido a nível nacional, que viria a elevar seu

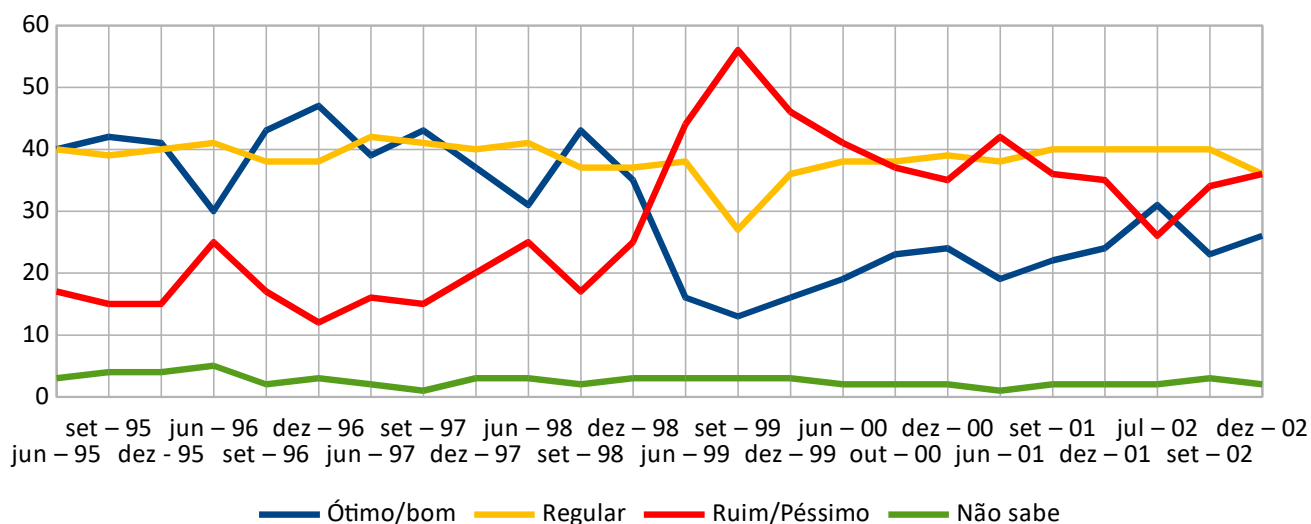
18 Folha de S. Paulo, 2014 Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1477505-pais-teve-variios-planos-economicos-para-controlar-a-inflacao-conheca.shtml>>. Acesso em 26 de junho de 2021

patamar de modo significativo.

Para Singer (2009), a histórica prevalência de posições conservadoras entre as classes sociais menos favorecidas do país esteve no cerne das vitórias de Fernando Henrique em 1994 e 1998. Segundo o autor, esta base social que em sua maioria já havia estado com Collor em 1989, contra a “ameaça comunista” do PT, teria nas duas eleições seguintes permanecido afeitas a medidas que não significassem rupturas. A estabilidade monetária, tema central tanto em 1994 como em 1998, acabou por ser um dos fatores de aderência dos mais pobres à candidatura tucana, embora o apoio a Fernando Henrique naquelas eleições tenha se mostrado elevado em todas as classes sociais, sem clivagens específicas.

Se a votação do PSDB em 1989 o colocava como o partido de apoio concentrado no estado de São Paulo, as vitórias ainda no primeiro turno em 1994 e 1998 mostraram que o voto tucano, além de numericamente haver quadruplicado, estava também distribuído de modo bem mais homogêneo pelo país. Se as políticas adotadas durante o governo peessedebista não eram reconhecidas como voltadas às classes populares, estas ainda assim permaneceram sufragando o PSDB nas urnas nos anos 90.

Gráfico 2 - Evolução da popularidade de Fernando Henrique durante seus dois mandatos presidenciais



Fonte: elaboração própria segundo dados das pesquisas Datafolha publicados de junho de 1995 a dezembro de 2002

Desde a eleição presidencial de 1994, a segunda do atual período democrático brasileiro, até a eleição de 2014, o PSDB passou a exercer um papel de protagonismo no debate público nacional, lançando candidatos influentes e que se mostraram competitivos ao cargo de chefe do governo federal em todas as eleições presidenciais do período. Ressalta-se que a partir de 1994, as eleições para presidente da República e para os todos os outros cargos eletivos, exceto para o de prefeito e vereadores, passaram a ocorrer de modo concomitante.

A eleição de Fernando Henrique presidente da República, um dos fundadores do PSDB, inaugura uma fase de maciças votações do partido nas eleições presidenciais que perdurou até 2014. Houve a partir de 1994 um aumento expressivo no número de votos no partido em todos os estados brasileiros, ocorrendo assim uma desconcentração do voto paulista e sudestino do partido, fazendo crescer a participação relativa das outras regiões em seu eleitorado. Em 1994, Fernando Henrique não foi o candidato mais bem votado apenas no estado do Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, vencendo nos outros 25 estados. Operou-se então o que Roma (2002, p.83) chamou de nacionalização do partido, consequência direta de sua maior penetração nas demais regiões brasileiras, que não a região sudeste:

Em doze anos de existência, o PSDB aumentou expressivamente o número de votos conquistados nas sucessivas eleições nacionais, estaduais e municipais. Seu desempenho eleitoral confirma uma tendência de nacionalização do partido, observada desde o momento de sua fundação. Esse processo de nacionalização pode ser fundamentado em três aspectos. O primeiro é a diminuição da dispersão de sua representação eleitoral nos Estados; o segundo diz respeito ao avanço da representação nas eleições proporcionais para Câmara dos Deputados e Assembleias estaduais em praticamente todos os Estados; o terceiro concerne ao padrão congruente do comportamento das lideranças nacionais e subnacionais na consumação de alianças na competição eleitoral.

Se em 1989, de todos os votos dados a Mario Covas, o estado de São Paulo representou 49% desse total, em 1994 o estado paulista passou a representar 25% dos votos totais em Fernando Henrique. Essa perda relativa de força em São Paulo, para outras regiões do país fez com que consequentemente a força relativa do partido na região sudeste também diminuísse, embora tenha se mantido em patamar ainda bastante elevado. A mais baixa votação obtida por Fernando Henrique em 1994 se deu na região sul do país.

Pela observação dos resultados, conclui-se que as votações de Leonel Brizola e Espiridião Amin, candidatos com fortes ligações com a região, e a vitória de Lula no Rio Grande do Sul

pullaram o desempenho de Fernando Henrique para baixo quando computados em conjunto os votos no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em relação à votação nacional do partido.

Ainda assim, partindo da premissa de que as eleições presidenciais exercem preponderante influência sobre as demais eleições (Singer 2021, no prelo)¹⁹, a onda de otimismo que elegeu Fernando Henrique presidente da República em 1994 com 44% dos votos totais ainda no primeiro turno alavancou sobremaneira o desempenho do partido nas eleições estaduais daquele ano.

Nas disputas para o governo dos estados, o PSDB repetiu no Ceará (Tasso Jereissati) a vitória obtida em 1990, e elegeu ainda os governadores de São Paulo (Mário Covas), Minas Gerais (Eduardo Azeredo) e Rio de Janeiro (Marcelo Alencar), os três maiores estados do país, além dos governadores do Pará (Almir Gabriel) e de Sergipe (Albano Franco), expandindo também nos estados sua influência política, que inicialmente encontrava-se altamente concentrada no estado paulista.

Tanto para o Senado, como para a Câmara dos Deputados, o PSDB foi o terceiro partido de melhor desempenho em 1994, ficando atrás apenas de PMDB e PFL. Para o Senado, os tucanos elegeram 9 senadores e para a Câmara dos Deputados 63 deputados federais. Assim como nas eleições presidenciais, o estado de São Paulo desde o início foi o reduto natural do partido nas eleições para deputado federal.

O PSDB, que havia eleito apenas um deputado federal no estado do Rio de Janeiro em 1990, teve um aumento de desempenho considerável nas duas eleições seguintes, passando a contar com 11 deputados fluminenses em 1998, enquanto 14 deputados eram oriundos de Minas Gerais, espraiando assim sua bancada pela região sudeste.

No mais, a concentração da bancada de deputados federais tucanas em São Paulo, apesar de também elevada em 1994 e 1998, jamais esteve próxima à concentração registrada na eleição presidencial de 1989. Contudo, relativamente ao número de deputados federais que cada estado tem direito a eleger, a participação relativa da bancada tucana eleita no Ceará de 1990 a 2002 foi superior até mesmo à de São Paulo. O peso político do PSDB nesse estado nordestino também pode ser observado com as quatro eleições consecutivas do governador do estado, de 1990 a 2002.

¹⁹ Singer recorre a uma metáfora futebolística para evidenciar a importância superior da eleição presidencial: “As eleições presidenciais correspondem à série A do campeonato político, em que as ideologias são submetidas ao crivo de um colégio eleitoral nacionalizado”. (Singer, 2021)

O consistente desempenho peessedebista na eleição de deputados federais no Ceará na década de 90 não se repetiu, porém, em estados bastante populosos da região nordeste como a Bahia e Pernambuco, estados em que durante todo o período foram grandes redutos eleitorais do PFL. Na região sul do país, o número de deputados federais eleitos pelo PSDB sempre esteve bastante abaixo em termos proporcionais em relação às outras regiões.

Desde a ascensão eleitoral do PSDB em 1994, o partido foi o que mais elegeu governadores no país. No período de 1994 a 2018, elegeu o governador do Pará por cinco vezes; o governador de Minas Gerais e de Goiás, por quatro vezes; o do Ceará por três vezes; o governador do Rio Grande do Sul e do Paraná por duas vezes e o governador do Rio de Janeiro em uma oportunidade.

Na eleição presidencial de 1998, que reelegeu Fernando Henrique com 43% do total de votos também no primeiro turno, o PSDB se estabiliza como uma agremiação bastante exitosa eleitoralmente. A região sudeste, a exemplo de 1994, permaneceu representando cerca de metade dos votos presidenciais tucanos no país, enquanto que o estado de São Paulo apresentou uma ligeira alta na participação dos votos peessedebistas, passando de 25% para 27% do total dos votos conferidos ao partido em relação à eleição anterior. A grande votação obtida por Ciro Gomes no Ceará e sobretudo o elevado número de votos brancos e nulos na região nordeste em 1998 impediram que Fernando Henrique obtivesse votação semelhante à média nacional naquela região, como demonstram os números daquela eleição.²⁰

Para Couto e Abrucio (2003, p. 282), em relação à campanha presidencial de 1998

na disputa entre o presidente candidato e o seu opositor de esquerda, Lula, pesaram a cautela e os receios do eleitorado. A campanha situacionista foi em boa medida escorada no argumento de que não se poderia trocar o certo pelo duvidoso e que, em tempos bicudos, o correto seria escolher alguém habilitado a lidar com a crise – ou seja, o próprio Fernando Henrique. Essa argumentação mostrou-se eficaz e, de fato, garantiu a renovação do mandato, já no primeiro turno, demonstrando que o prestígio do presidente – ancorado no sucesso estabilizador – tornou-se um importante recurso de poder político na disputa eleitoral.

²⁰ Enquanto a média de votos brancos e nulos nas outras regiões em 1998 ficou em cerca de 16% do total dos votos, na região nordeste este índice chegou a 26%.

Na eleição do teste da reeleição²¹, no plano local, o partido manteve o governo de São Paulo, Ceará, Pará e Sergipe com a reeleição de Mário Covas, Tasso Jereissati, Almir Gabriel e Albano Franco, respectivamente. Em Minas Gerais, Eduardo Azeredo foi derrotado pelo ex-presidente Itamar Franco. No Rio de Janeiro, Marcelo Alencar desistiu da disputa, e o candidato do PSDB, Luiz Paulo, terminou a eleição em terceiro lugar. Em três outros estados o PSDB elegeu o governador pela primeira vez: no Espírito Santo (José Ignácio Ferreira), em Goiás (Marconi Perillo) e no Mato Grosso (Dante de Oliveira). Apesar das perdas significativas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, no cômputo em comparação a 1994, o partido elegeu um governador a mais, passando a administrar sete estados brasileiros.

21 Em 1997, o Congresso Nacional após forte mobilização do governo Fernando Henrique, aprovou a emenda constitucional nº 16, que passou a permitir a candidatura de reeleição para o presidente, os governadores e os prefeitos.

Tabela 15 - Resultado percentual da votação do PSDB nas cinco regiões do país - eleições presidenciais 1º turno

	1989	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Brasil	11%	44%	43%	21%	38%	30%	30%	4%
Norte	5%	48%	48%	21%	34%	30%	26%	4%
Nordeste	7%	42%	36%	17%	23%	19%	14%	2%
Centro-Oeste	8%	51%	52%	25%	48%	35%	38%	4%
Sudeste	15%	47%	46%	21%	41%	31%	35%	6%
Sul	6%	35%	42%	26%	51%	40%	43%	4%

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021) e do TSE

Tabela 16 - Resultado percentual da votação do PSDB no país e nas cinco regiões - eleições presidenciais 2º turno

	2002	2006	2010	2014
Brasil	36%	37%	41%	45%
Norte	40%	33%	41%	41%
Nordeste	36%	21%	27%	27%
Centro-Oeste	41%	37%	48%	54%
Sudeste	35%	41%	44%	52%
Sul	38%	45%	51%	56%

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021) e do TSE

Tabela 17 - Participação de cada região na composição do eleitorado do PSDB – eleições presidenciais 1º turno

	1989	1994	1998
região sudeste	70%	50%	49%
região nordeste	15%	24%	21%
região sul	10%	13%	16%
região centro-oeste	4%	7%	8%
região norte	2%	6%	6%

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021) e do TSE

Tabela 18 - Deputados federais eleitos pelo PSDB em São Paulo e no Ceará

	1990	1994	1998
Brasil	38	63	99
São Paulo	9	15	15
Ceará	7	11	12

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021)

Tabela 19 - Deputados federais eleitos pelo PSDB no país e a distribuição nas cinco regiões

	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Brasil	38	63	99	71	66	53	54	29
Norte	1	5	13	8	6	7	5	6
Nordeste	12	21	27	22	18	12	11	6
Centro-Oeste	1	3	8	8	6	4	9	3
Sudeste	19	31	43	26	29	24	23	11
Sul	5	3	8	7	7	6	6	3

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021) e do TSE

Tabela 20 - Número de deputados federais eleitos no período 1990-2018 por partido

	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018	Total
PMDB/MDB	108	107	83	74	89	78	66	34	639
PT	35	49	58	91	83	88	69	55	528
PFL/DEM	83	89	105	84	65	43	21	29	519
PSDB	38	63	99	71	66	53	54	29	473
PDS/PPR/ PPB/PP	42	51	60	49	41	44	38	38	363

Fonte: elaboração segundo banco de dados de Jairo Nicolau (2021) e dados do TSE

Tabela 21 - Número de governadores eleitos no período 1990-2018 por partido

	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018	TOTAL
PSDB	1	6	7	7	6	8	5	3	43
PMDB/MDB	7	9	5	5	7	5	7	3	48
PT	-	2	3	3	5	5	5	4	27
PFL/DEM	9	2	7	4	1	2	-	2	27
OUTROS	10	6	3	4	5	1	7	12	71

Fonte: elaboração própria com base no banco de dados de Jairo Nicolau (2021) e do TSE

Perda da Presidência e o período oposicionista (2002-2016)

A derrota de José Serra em 2002, longe da mesma magnitude de perda de votos do partido em 2018, devolveu o PSDB à oposição ao governo federal, onde permaneceria até o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Nos estados, o partido manteve-se como o que mais elegeu governadores no país, e a bancada eleita para o Congresso Nacional o manteve entre os quatro partidos com mais parlamentares.

A baixa popularidade de Fernando Henrique em seu segundo mandato (ver gráfico 2) repercutiu diretamente na campanha de José Serra, que acabou sendo o principal alvo da crítica dos outros concorrentes. No segundo turno, Anthony Garotinho e Ciro Gomes, terceiro e quarto colocados, respectivamente, declararam apoio a Lula. Durante a campanha, Serra também não recebeu o apoio formal do principal partido aliado do PSDB durante o governo de Fernando Henrique, o PFL, em razão do rompimento da família Sarney com Serra no início de 2002. (Singer, 2021)

E em 2002, a temática da campanha também foi outra. Segundo Carreirão (2004), diferentemente das eleições de 1994 e 1998, em que as questões relacionadas à estabilidade econômica tiveram um peso decisivo na escolha do voto, em 2002 o desemprego foi o tema central da campanha. Assim, com o agravamento do problema durante aquele período, as chances de uma nova vitória tucana, para o autor, eram baixas.

José Serra, no primeiro turno daquele ano, obteve 21% do total dos votos, menos da metade do índice obtido por Fernando Henrique em 1998. No segundo turno, Serra atingiu 36% dos votos, contra 58% de Lula. Na análise da votação pelas cinco regiões brasileiras, a votação de Serra no segundo turno pouco variou em relação à votação nacional, a exemplo do que já havia ocorrido nas duas vitórias de Fernando Henrique (as exceções foram o sul, em 1994, e o nordeste em 1998, onde o desempenho tucano ficou próximo a 35% dos votos totais).

No nordeste, por exemplo, no segundo turno de 2002, Serra obteve os mesmos 36% de sua média nacional. Nas regiões sul e centro-oeste foi onde a candidatura tucana teve os melhores resultados, nos dois turnos (ver tabelas 15 e 16) embora não se possam constatar nítidas clivagens geográficas.

Tabela 22 - Resultado nacional do 1º turno das eleições presidenciais de 2002 (%) – primeiros colocados

Lula (PT)	41,6
José Serra (PSDB)	20,8
Anthony Garotinho (PSB)	16,0
Ciro Gomes (PPS)	10,7
Branco e Nulos	10,4

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Tabela 23 - Resultado nacional do 2º turno das eleições presidenciais de 2002 (%)

Lula (PT)	57,6
José Serra (PSDB)	36,4
Branco e nulos	6,0

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Apesar da derrota na eleição presidencial, os resultados obtidos pelo PSDB nas demais eleições em 2002 (congresso nacional e governos estaduais), como já dito, mantiveram o partido

num patamar de influência nos demais níveis de poder. Nas eleições municipais de 2004, o PSDB perdeu 13% do número de prefeituras que havia obtido em 2000, porém elegeu o mesmo José Serra, derrotado em 2002, prefeito de São Paulo. A disputa PT versus PSDB, dessa vez travada na maior cidade do país, teve os tucanos como vencedores.

Em junho de 2005, o jornal Folha de S. Paulo publicou uma entrevista com o então deputado federal Roberto Jeferson (PTB) em que o mesmo acusava o PT de pagar políticos com recursos públicos desviados, para que votassem junto com o governo na Câmara dos Deputados. Para Miguel & Coutinho (2007), a chamada crise do “mensalão” foi até aquele momento provavelmente a mais estrondosa da história da República. Os autores afirmam ainda que outras denúncias de corrupção envolvendo administrações petistas já haviam tido cobertura da imprensa, porém foi o “mensalão” que irrompeu como a mais propalada delas. Iniciava-se um novo momento da vida nacional em que o tema da corrupção passou a ter um papel preponderante.

Segundo Rennó (2007), o tema da corrupção foi o principal das eleições presidenciais de 2006. Enquanto o desemprego era tido como o principal problema nacional em 2002, a corrupção passou a ocupar este posto quatro anos mais tarde.

Para Singer (2012), no período do primeiro mandato de Lula, opera-se um realinhamento eleitoral, processo no qual “certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar”. Para o autor, Lula teria optado por enfrentar de modo mais incisivo a pobreza no país sem contestar a ordem econômica vigente. “Beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar as suas condições de vida, retribuíram na forma de apoio maciço e, em algumas regiões, fervoroso da eleição de 2006 em diante”.

Assim, apesar de não se mostrar contrário ao discurso de combate à pobreza no país, a pauta que melhor aderiu ao PSDB às classes médias do país foi a moralidade na política, a qual foi ressaltada ao máximo durante a crise do mensalão. Ainda segundo Singer (2012), as eleições de 2006 evidenciaram um processo que passou para muitos despercebidos: a nova polarização existente no país. Não entre esquerda e direita, nem entre proletários e burgueses, mas sim entre pobres e ricos. E isso passou a se refletir diretamente na votação das regiões brasileiras, em que norte e nordeste, que concentram a maior parte dos mais pobres do país, passaram a apoiar Lula

num percentual bem maior do que a média nacional, enquanto as regiões sudeste e sul intensificaram o voto no PSDB.

No primeiro turno das eleições presidenciais de 2006, Geraldo Alckmin obteve um desempenho bastante expressivo, o que vinha sendo captado pelas pesquisas de intenção de voto, que mostravam a ascensão do tucano na reta final da campanha. Alckmin obteve 38% do total de votos, 17 pontos a mais do que Serra em 2002 (ver tabela 22 e 24). No centro-oeste, sudeste e sul, Alckmin obteve cerca do dobro do percentual de votos do PSDB em relação à eleição passada no primeiro turno.

Porém, o viés de alta da campanha do tucano não se traduziu em vitória. Alckmin teve uma votação pior no segundo turno do que no primeiro, o que indica que o teto de apoio ao tucano havia chegado ao limite antes do dia final da eleição. No norte, Alckmin decaiu 7 pontos em relação a Serra; no nordeste 15 pontos.

Se as principais candidaturas que foram opções a PSDB e PT em 2002 somaram 27% dos votos, em 2006 as candidaturas alternativas à díade PSDB-PT chegaram apenas a 9% do total de votos. Heloísa Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT) eram candidatos que possuíam históricas ligações com o PT, apesar das críticas dirigidas a Lula por estes durante a campanha e da neutralidade de ambos no segundo turno. Percebe-se que o eleitor que optou por uma de suas candidaturas no primeiro turno, acabou aderindo ao velho partido de ambos, algumas semanas depois.

Tanto em 2002 como em 2006, o PSDB chegou ao segundo turno e perdeu as eleições presidenciais por uma diferença de cerca de 20 milhões de votos. Segundo Singer (2012), por baixo da aparente semelhança entre os desempenhos, estava uma clivagem espacial e social que não havia sido observada em tamanha intensidade em 2002, na derrota de Serra, nem em 1998 e 1994, nas vitórias de Fernando Henrique. O resultado das urnas em 2006 mostrava um PSDB bastante atrás do PT no norte e no nordeste, enquanto igualava a disputa no sudeste e se mostrava à frente no sul. Essa polarização geográfica e social aumentaria ainda mais nas eleições seguintes.

Tabela 24 - Resultado nacional do 1º turno das eleições presidenciais de 2006 (%) – primeiros colocados

Lula (PT)	44,5
Geraldo Alckmin (PSDB)	38,1
Heloísa Helena (PSOL)	6,3
Cristovam Buarque (PDT)	2,4
Branco e nulos	8,4

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Tabela 25 - Resultado nacional do 2º turno das eleições presidenciais de 2006 (%)

Lula (PT)	57,2
Geraldo Alckmin (PSDB)	36,8
Branco e nulos	6,0

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Tabela 26 - Resultado nacional do 1º turno das eleições presidenciais de 2010 (%) – primeiros colocados

Dilma Rousseff (PT)	42,9
José Serra (PSDB)	29,8
Marina Silva (PV)	17,7
Plínio de Arruda (PSOL)	0,8
Branco e nulos	8,6

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Tabela 27 - Resultado nacional do 2º turno das eleições presidenciais de 2010 (%)

Dilma Rousseff (PT)	52,3
José Serra (PSDB)	41,0
Branco e nulos	6,7

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Tabela 28 - Resultado nacional do 1º turno das eleições presidenciais de 2014 (%) – primeiros colocados

Dilma Rousseff (PT)	37,6
Aécio Neves (PSDB)	30,3
Marina Silva (PSB)	19,3
Luciana Genro (PSOL)	1,4
Branco e nulos	9,7

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Tabela 29 - Resultado nacional do 2º turno das eleições presidenciais de 2014 (%)

Dilma Rousseff (PT)	48,4
Aécio Neves (PSDB)	45,2
Branco e nulos	6,3

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Tabela 30 - Evolução dos três partidos que mais elegeram prefeitos no país no período de 1988 a 2020, mais o PT

	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
PMDB/MDB	1.606	1.605	1.288	1.257	1.057	1.202	1.022	1.049
PFL/DEM	1.058	965	928	1.028	790	500	278	269
PSDB	18	317	910	990	871	786	703	804
PT	38	54	111	187	411	559	650	262

Fonte: elaboração própria, segundo Fleischer (2002); site Teoria de Debate - Fundação Perseu Abramo (2008) e dados do TSE.

Nota-se que durante os governos federais petistas (2003 a 2016), o número de prefeituras administradas pelo PSDB caiu paulatinamente durante o período. Ainda assim, o desempenho tucano no nível Executivo municipal, mostrou-se sempre elevado a despeito da tendência de queda. Em 2016, com as eleições municipais ocorrendo sem que o PT ocupasse a Presidência da República, a tendência de queda do PSDB foi interrompida.

Se em 2018, houve expressiva e abrupta perda de votos do partido nas eleições presidenciais, o mesmo não ocorreu, como se nota, nas eleições estaduais. O PSDB manteve sua hegemonia no estado de São Paulo, onde elegeu todos os governadores desde 1994. Elegeu ainda em 2018 o governador do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul.

Dois anos antes de sua expressiva e abrupta perda de eleitores nas eleições presidenciais de 2018, o PSDB elegeu ainda 804 prefeitos em todo o país, incluindo capitais como São Paulo, Manaus, Porto Alegre e Belém. A aferição de que o desempenho tucano nas eleições municipais de 2016 foi bastante consistente é importante para este trabalho na medida em que demonstra que sua força eleitoral, ao menos no nível local, se mostrava preservada e em sintonia com seus desempenhos municipais robustos dos últimos vinte anos. É verdade que parte da doutrina não observa uma permanente e necessária relação entre as eleições municipais e federais²², embora no caso da perda de prefeituras pelo PT em 2016 possa-se observar uma repercussão mais incisiva do

²² Aqui novamente nos baseamos em Carreirão (2014, p. 286) para demonstrar que parte da doutrina observa certa independência entre os fatos das eleições federais e das eleições municipais.

impeachment de Dilma Rousseff nos resultados petistas naquelas eleições municipais²³. No entanto, não seriam os sismógrafos dos resultados municipais de 2016 que alertariam a maior parte dos analistas para a iminência da derrocada tucana, que se verificou nas eleições presidenciais de 2018.

23 Em 2016, o PT obteve 262 prefeituras, contra 650 que havia obtido em 2012.

CAPÍTULO III – QUEDA EXPRESSIVA EM 2018

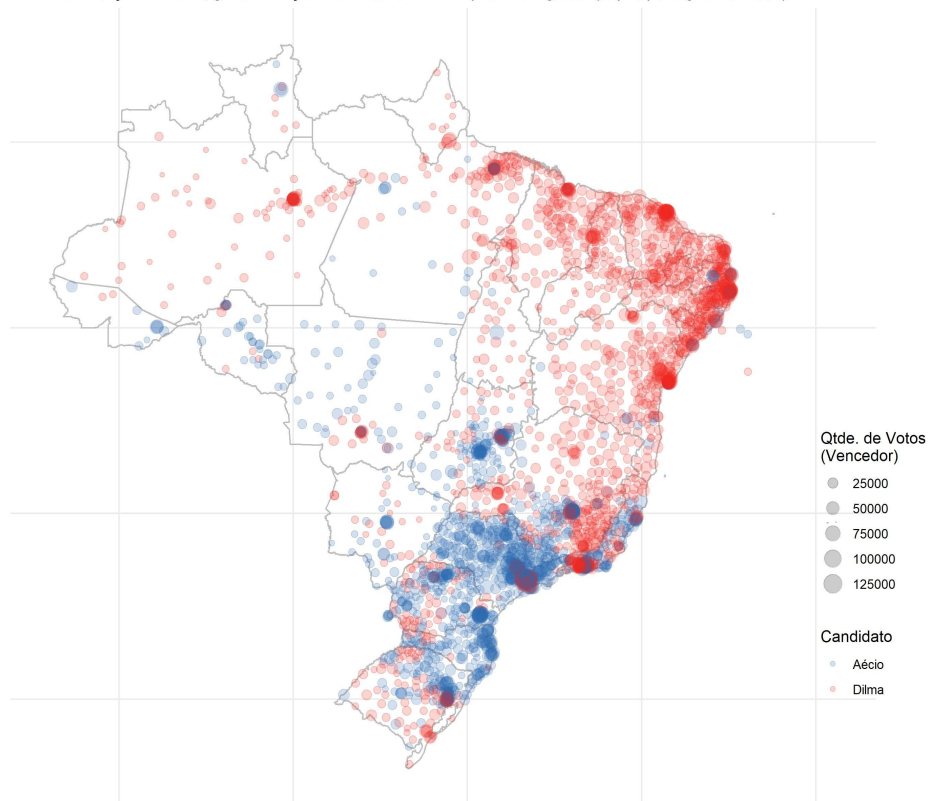
A eleição presidencial de 2018

Na presente discussão acerca dos acontecimentos que fizeram com que a eleição presidencial de 2018 tivesse um desfecho bastante inesperado, sobretudo para quem acreditava que os padrões das eleições anteriores se mostrariam ainda preditivos, nos parece crível que um dos caminhos para essa investigação esteja na compreensão da candidatura que suplantou o PSDB. É possível, senão provável, que muito das razões que expliquem a queda tucana possam ser reveladas com o estudo da ascensão de Bolsonaro.

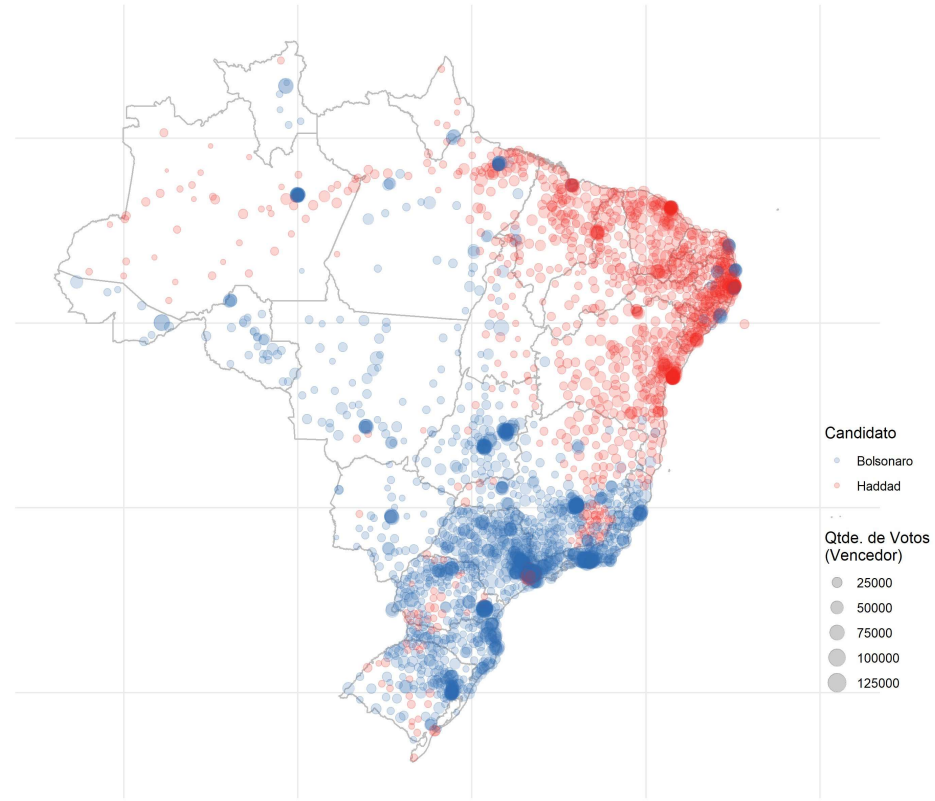
As figuras nº 1 e nº 2 evidenciam os resultados da votação nas zonas eleitorais do país em 2014 e 2018, sendo que há grande semelhança em ambos os mapas quanto à localização do voto petista e do voto antipetista. Percebe-se que Bolsonaro, além de captar o apoio dado em 2014 a Aécio Neves, avançou, sobretudo, em regiões específicas do sul e do sudeste do país, que haviam apoiado Dilma Rousseff quatro anos antes.

Figura 1

Eleições 2014: N° de votos recebidos pelo vencedor de cada Zona Eleitoral
Dados das eleições do TSE, geolocalização das Zonas realizado pelo Pindograma (<https://pindograma.com.br>)

**Figura 2**

Eleições 2018: N° de votos recebidos pelo vencedor de cada Zona Eleitoral
Dados das eleições do TSE, geolocalização das Zonas realizado pelo Pindograma (<https://pindograma.com.br>)



Fonte: elaborado por Lucas Warwar (Tweet @lucaswarwar, 5 nov de 2020)

Singer (2021, no prelo) pondera que o conservadorismo popular foi reativado pelo discurso de Bolsonaro, que até então encontrava-se latente durante os anos do PT no poder, em boa medida pela despolitização da vida nacional, uma marca da era petista. Apostando na polarização, Bolsonaro teria ativado novamente elementos caros ao eleitor conservador, que apesar de haver apoiado as candidaturas tucanas de outrora não se via até então devidamente representado. A expressiva e abrupta perda de votos do PSDB no período de apenas quatro anos seria consequência direta da polarização política que inflamou o país.

Ainda segundo Singer, “o ex-capitão colheu os frutos do que fora plantado em junho de 2013, na *Operação Lava Jato* de 2014 em diante, na recessão deflagrada em 2015 e no impeachment de 2016. Ele o teria feito provocando uma polarização extremada, que garantiu a soldagem da centro-direita à direita, permitindo-lhe vencer o segundo turno sem negociar.”

Já para Abranches (2018, p. 7),

a eleição geral de 2018 foi disruptiva. Encerrou o ciclo político que organizou o presidencialismo de coalizão brasileiro nos últimos 25 anos e acelerou o processo de realinhamento partidário que já estava em curso, pelo menos desde 2006. Rompeu o eixo político-partidário que organizou governo e oposição nas últimas seis eleições gerais e que era movido pela disputa polarizada entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) pela Presidência da República, enquanto os demais partidos se limitavam a disputar posições no Congresso para garantir assento na coalizão de governo.

Para Chaia (2018, p. 21)

Uma nova onda conservadora tomou conta do cenário político brasileiro. Evangélicos e católicos, de matrizes conservadoras, têm ingressado na esfera político-partidária e consolidado suas forças no cenário nacional. Os representantes da indústria armamentista estão entre os parlamentares mais votados no congresso mais conservador pós-1985. Atualmente, esses são atores políticos relevantes que possuem poder para interferir nas decisões do parlamento, não sendo mais possível ignorar sua presença no espaço público. Além disso, movimentos sociais conservadores no aspecto moral e liberal no aspecto econômico ganharam simpatia por parte da população brasileira.

Para Braga & Zolnerkevic (2020, p. 23) as eleições presidenciais de 2018 podem ser classificadas como desviantes.

A análise fatorial do modelo T (Tabelas 3 e 4) indica que, de uma maneira geral, houve manutenção do padrão espacial de votação, tanto para o PT quanto para as forças antipetistas em relação às eleições anteriores, embora o padrão de votação de Bolsonaro seja ligeiramente diferente do das eleições anteriores do PSDB (2006, 2010 e 2014).

Usando a classificação de Campbell (1966), fundamentada no conceito de voto normal, apesar de aqui estarmos analisando dados agregados, a eleição de 2018 pode ser considerada “desviante” devido a causas de curto prazo fortes (crise econômica, política, impeachment da ex-presidente Dilma, prisão do ex-presidente Lula e atentado contra o então candidato Bolsonaro). Nessa eleição, houve uma flutuação acentuada dos apoios eleitorais a favor do partido minoritário (forças antipetistas), fazendo com que Bolsonaro ganhasse as eleições, embora respeitando as linhas de apoio de voto normal estabelecidas no passado.

Nicolau (2020, p. 8) também aponta grande número de eventos decisivos para a reordenação de forças eleitorais nas eleições presidenciais de 2018.

A presidente Dilma, mesmo contando com uma ampla base parlamentar no Congresso, sofreu um impeachment; milhões de pessoas participaram de manifestações de rua comandadas pela direita, que protestavam contra a corrupção e a favor do afastamento da presidente; o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) se tornou presidente da Câmara dos deputados, comandou o impeachment, e meses depois teve seu mandato cassado pelos colegas e ainda foi preso; o ex-presidente Lula foi nomeado ministro pela presidente Dilma, mas foi impedido de tomar posse por uma decisão de um único ministro do STF (Gilmar Mendes), e depois foi condenado e preso.

Percebe-se assim, com as citações de vários autores, que são vastos e profícuos os estudos acerca do ambiente político que envolveu as eleições presidenciais de 2018. No entanto, o estudo dos fenômenos externos ao sistema partidário e de todas as suas circunstâncias, apesar de altamente relevante e necessário, parece dispensar toda uma investigação própria, que nos conduziria a um outro trabalho, diferente deste, que pretende neste capítulo estar restrito aos aspectos relativos à estratégia adotada pelo PSDB no período de 2015 a 2018 e ao seu enraizamento social junto ao eleitorado brasileiro.

Limonge & Guarnieri (2015) asseveram que o sucesso eleitoral de uma plataforma depende da incapacidade dos competidores em conquistar esses eleitores com base em outros apelos. Os autores nomeiam ainda esse fenômeno de perdas de votos dum partido em favor de outro de “*duplo movimento de ganhos e retração*”. Assim, se a queda tucana e a vitória de Bolsonaro e todas as suas circunstâncias são faces distintas de um mesmo poliedro, nossa opção neste trabalho permanecerá concentrado na observação dos fatores endógenos do PSDB, tais como suas estratégias e seu enraizamento social junto ao eleitorado brasileiro, ainda que tal opção implique numa discussão apenas parcial acerca da significativa reacomodação dos votos do pleito presidencial mais recente.

As tabelas 31 e 32 demonstram que Geraldo Alckmin não obteve desempenho eleitoral significativo nem mesmo no estado de São Paulo, seu maior reduto eleitoral, onde já havia sido

eleito governador em três ocasiões.

Nesse sentido, é importante constatar que a candidatura de Alckmin era vista como bastante promissora por boa parte do mundo político. Aliado histórico, o DEM manteve a aliança com o PSDB em 2018, assim como o PTB e o SOLIDARIEDADE. Já o PP, PR/PL, PSD e o PRB, que estavam coligados com o PT na eleição presidencial de 2014, coligaram-se com os tucanos quatro anos depois, não antevendo que uma nova força política tomaria o lugar da tradicional oposição ao PT, o que é um indicativo do caráter extraordinário do ambiente político das eleições presidenciais de 2018.

Tabela 31 - Resultado nacional do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 – primeiros colocados – percentual de votos

Jair Bolsonaro (PSL)	42,0
Fernando Haddad (PT)	26,7
Ciro Gomes (PDT)	11,4
Geraldo Alckmin (PSDB)	4,3
João Amoêdo (Novo)	2,5
Branco e Nulos	8,8

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Tabela 32 - Resultado no estado de São Paulo do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 – primeiros colocados – percentual de votos

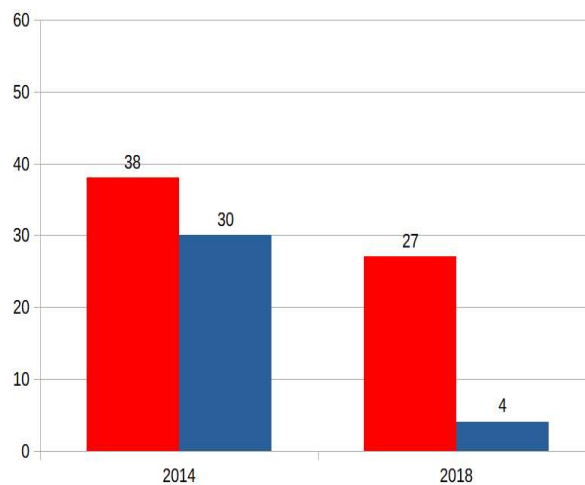
Jair Bolsonaro (PSL)	47,7
Fernando Haddad (PT)	14,8
Ciro Gomes (PDT)	10,2
Geraldo Alckmin (PSDB)	8,6
João Amoêdo (Novo)	4,1
Branco e Nulos	10,1

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Com o PSDB fora do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, políticos importantes do partido, como Eduardo Leite e João Dória, eleitos governadores do Rio Grande do Sul e São Paulo, respectivamente, manifestaram apoio à candidatura de Bolsonaro.

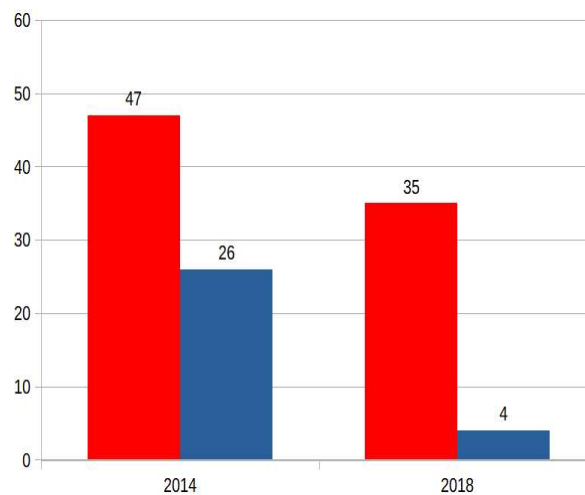
Na dupla comparação com o desempenho do PT e com seu próprio desempenho nas eleições presidenciais de 2014 e 2018, percebe-se que em todas as regiões do país a perda de votos do PSDB se deu numa escala diferente que a do seu principal adversário político. (ver gráficos 3 a 8)

Gráfico 3 – votação nacional – PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno (% dos votos totais)

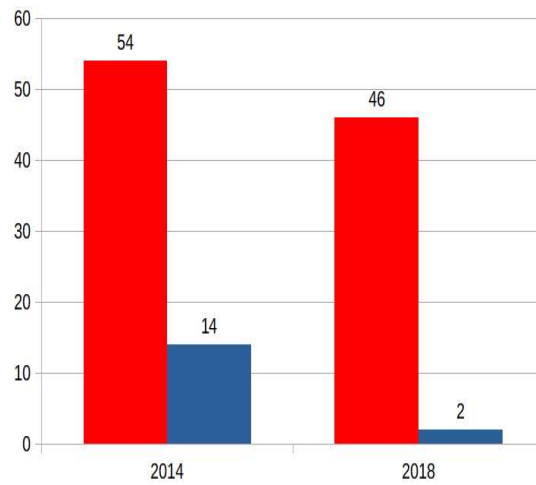


Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

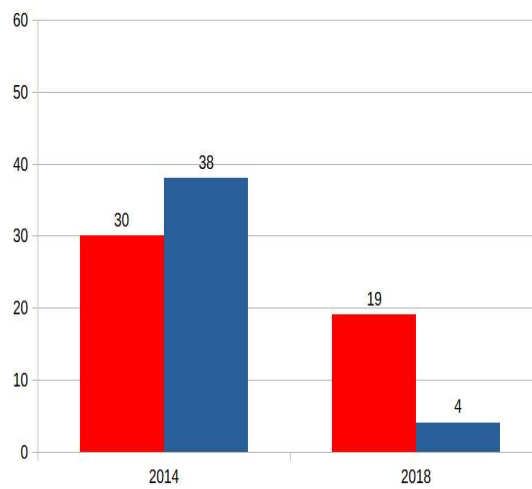
Gráfico 4 – votação região norte – PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno (% dos votos totais)



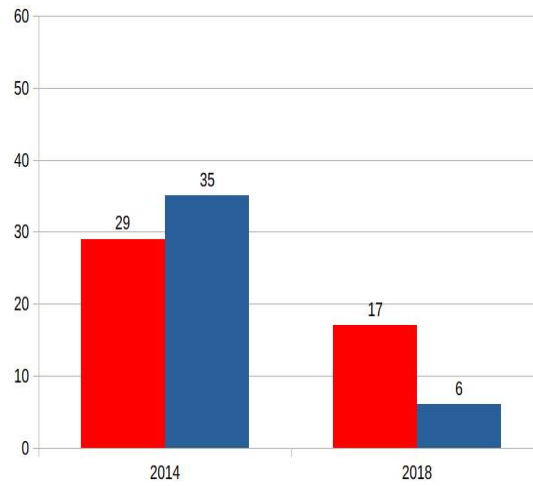
Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Gráfico 5 – votação região nordeste – PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno (% dos votos totais)

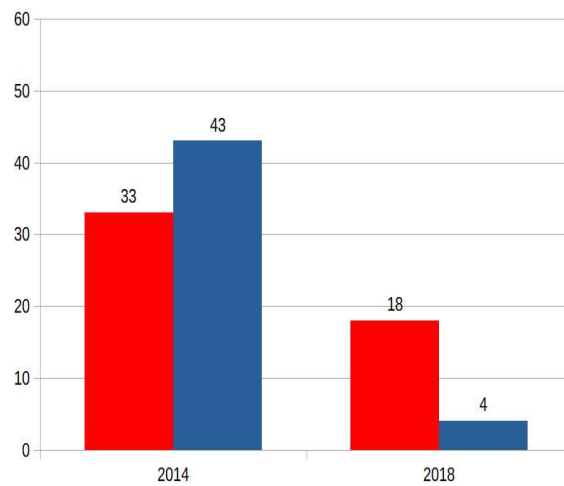
Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Gráfico 6 – votação região centro-oeste – PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno (% dos votos totais)

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Gráfico 7 – votação região sudeste – PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno (% dos votos totais)

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Gráfico 8 – votação região sul– PT X PSDB (2014 e 2018) - 1º turno (% dos votos totais)

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

Decisões políticas em cenários distintos

Logo na abertura de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Marx cita a célebre passagem da obra de Hegel: “todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história são encenados duas vezes”. Marx acrescenta em seguida: “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.” (Marx, 2008)

Tomados como pontos de partidas referenciais para as eleições de 1994 e 2018, os dois processos de *impeachment* ocorridos no país em 1992 e 2016 levaram o PSDB a destinos bastante diferentes, embora a estratégia traçada pelo partido tivesse sido a mesma nas duas ocasiões. Assim como em 1992, contra Collor, o PSDB votou fechado em 2016 pela deposição da então presidente Dilma Rousseff. Em seguida, do mesmo modo que apoiou o governo Itamar Franco, também em 2016 apoiou o governo de Michel Temer, em ambas as oportunidades ocupando cargos relevantes nos dois governos.

Embora haja esses dois fatos comuns na trajetória do PSDB no período anterior às eleições de 1994 e 2018, os cenários e as circunstâncias de ambos os anos torna problemática a comparação de ambas as estratégias isoladas do ambiente externo.

Nesse sentido, observa-se que foram bastante distintas as avaliações dos governos Itamar Franco e Michel Temer por parte da população. Segundo as medições do Datafolha (ver gráfico 3), Itamar Franco durante todo o seu mandato manteve em nível bastante elevado (entre 40% e 50%) a avaliação daqueles que consideravam seu governo regular. Se quem avalia o governo como regular não o aprova nem desaprova, também não é fator de insatisfação capaz de abalar a estabilidade do mandato. Apesar de o percentual daqueles que avaliavam seu governo como ruim e péssimo ter crescido paulatinamente até atingir 38% em abril de 1994, o sucesso do Plano Real fez a avaliação negativa do governo cair de maneira acentuada enquanto a aprovação de Itamar passou a subir. O fato é que durante os meses que antecederam a eleição de 1994, o governo Itamar manteve em torno de 45% aqueles que o avaliavam como regular e viu os que o aprovavam bater a casa dos 40%.

Se por um lado, o PSDB radicalizou sua oposição ao PT, votando fechado favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, alinhando-se assim às demais forças antipetistas, que a essa altura já eram bastante robustas no país, por outro parece não ter conseguido exercer a liderança desse

movimento no momento seguinte, como fez Bolsonaro, com seu discurso *outsider*, de fora do governo.

Ainda antes de assumir o cargo de presidente da República, em outubro de 2015, o PMDB lançou o programa de governo que viria a ser o de Michel Temer, intitulado “Uma ponte para o futuro”, cujo conteúdo liberalizante era composto de medidas econômicas que pregavam essencialmente a redução de gastos públicos e a precarização das relações trabalhistas. Se o Plano Real rendeu dividendos eleitorais a seus idealizadores, o plano impopular e recessivo de Temer não foi capaz de ser um trunfo eleitoral nem para o MDB nem para o PSDB. Aloysio Nunes Ferreira, senador eleito por São Paulo em 2010, e depois nomeado chanceler por Michel Temer, antevia que o sucesso do PSDB em 2018 dependia de um governo Temer bem avaliado (Adghirni, 2017)

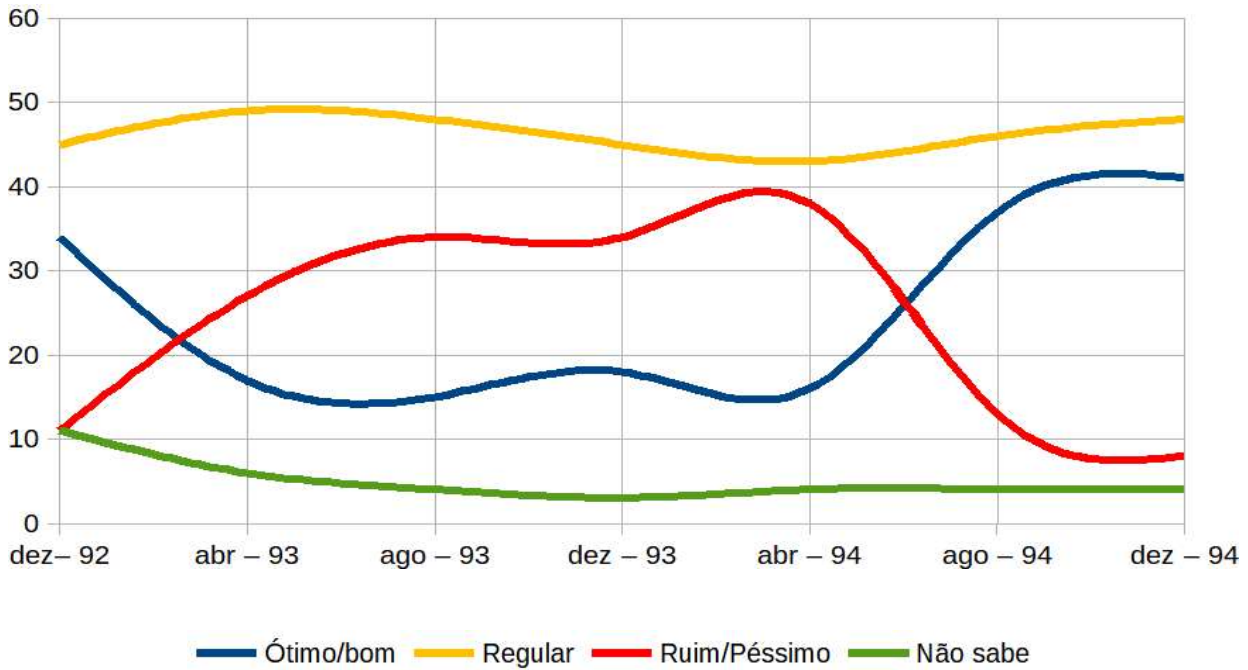
Contudo, o governo de Michel Temer, segundo o Datafolha, foi mal avaliado pela população do início ao fim. Mesmo em seus primeiros meses, em que pode-se esperar alguma paciência com o mandatário, a avaliação já foi bastante negativa. A partir de dezembro de 2016, os que o avaliavam como ruim ou péssimo jamais foram inferiores a 50%. Em abril de 2017, eram 69% os que o reprovavam; em setembro, 73%.

Em junho de 2018, chegou a obter 82% de avaliação negativa. A quarenta e cinco dias do primeiro turno das eleições, em agosto de 2018, 73% da amostra consideravam seu governo ruim ou péssimo, enquanto que apenas 4% consideravam-no ótimo ou bom.

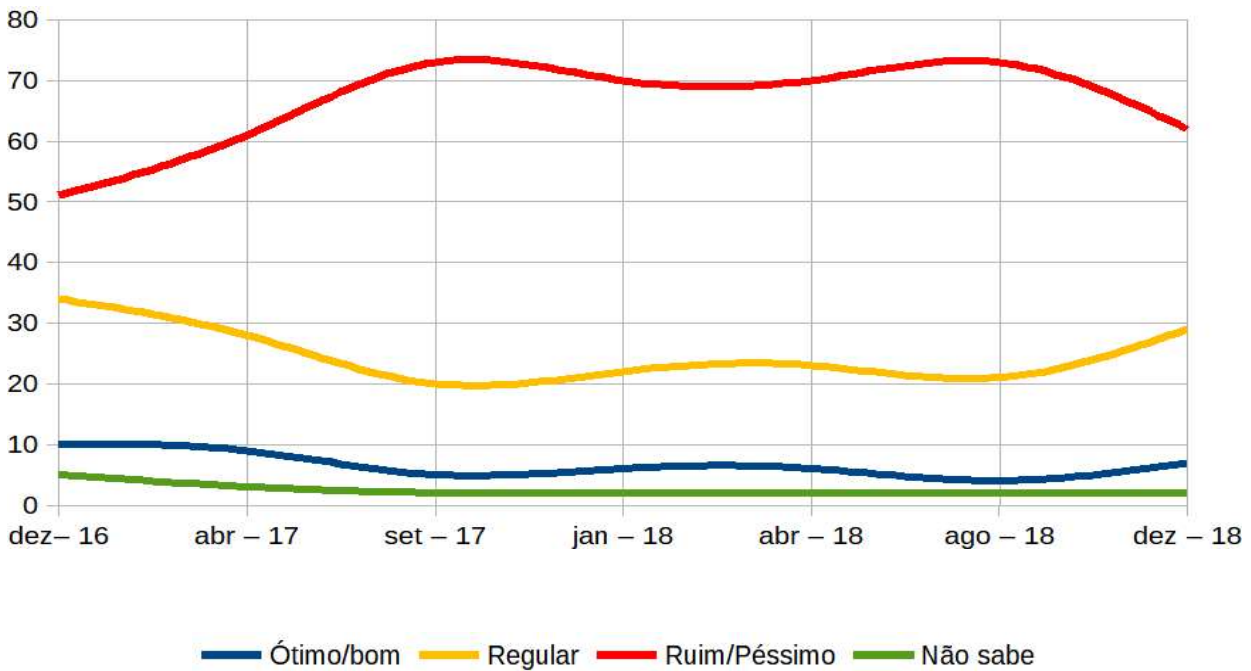
Partido que apoiou a *Operação Lava Jato*, cujos métodos revelaram-se bastante questionáveis com as publicações de mensagens de procuradores do Ministério Público Federal e do juiz federal Sérgio Moro pelo portal de notícias *The Intercept*, em 2019, o PSDB também não conseguiu se beneficiar eleitoralmente da atávica onda moralista que tomou conta de boa parte do país nos últimos anos, fomentada pela operação.

Nota-se assim que, seja por convicção ideológica e/ou por mero cálculo eleitoral, as escolhas tomadas por sua elite dirigente, entre 2014 e 2018, tanto no campo econômico (apoio ao plano recessivo e antipopular do governo Temer), como nas questões cotidianas (apoio à pauta anticorrupção fomentada pela grande exposição midiática das muitas fases da *operação Lava Jato*), não alinharam o PSDB ao sentimento popular capaz de levá-lo de volta ao poder central.

Conhecido como um partido de quadros, os “*cardeais tucanos*”, o fraco desempenho nas eleições presidenciais de 2018 ainda expôs publicamente conflitos entre velhas e novas lideranças, encabeçadas principalmente por João Dória, eleito prefeito de São Paulo em 2016 e governador do estado em 2018. Personalidades como José Serra, Alberto Goldman e Aécio Neves perderam força dentro do partido após 2014.

Gráfico 9 - Evolução da popularidade do governo Itamar Franco

Fonte: elaboração própria segundo dados das pesquisas Datafolha publicados de dezembro de 1992 a dezembro de 1994

Gráfico 10 - Evolução da popularidade do governo Michel Temer

Fonte: elaboração própria segundo dados das pesquisas Datafolha publicados de dezembro de 2016 a dezembro de 2018

Enraizamento partidário: três indicadores propostos e sua validade

De acordo Mainwaring e Torcal (2005, p. 250), o nível de institucionalização dos sistemas partidários varia de acordo com as características de cada país. Segundo os autores,

Até meados dos anos 1990, a maioria dos trabalhos sobre partidos e sistemas partidários negligenciou esse fato, dado que tinha o alto nível de institucionalização como pressuposto. Não obstante, sem examinar a institucionalização, é impossível entender características importantes dos sistemas partidários da maioria das democracias e semi-democracias pós-1978. Os eleitores, partidos e sistemas partidários na maioria dos regimes competitivos desse período são qualitativamente diferentes daqueles das democracias industriais avançadas.

Assim, tomando como base o trabalho Mainwaring e Torcal (2005), a institucionalização do sistema partidário poderia ser observada sob o prisma de quatro dimensões: **a)** estabilidade no padrão de competição entre partidos; **b)** enraizamento social dos partidos; **c)** legitimidade conferida pelos atores políticos aos partidos; **d)** nível de independência dos partidos em relação a líderes personalistas.

O desafio do estudo isolado de dimensões que fazem parte de um sistema maior se impõe a esse trabalho, porém não é um fator impeditivo. Cabe ressaltar que Mainwaring e Torcal (2005), ao comparar o nível de institucionalização de 39 sistemas partidários, publicado valeram-se tão somente das dimensões “estabilidade no padrão de competição entre partidos” e “enraizamento social dos partidos”.

Assim, das quatro dimensões citadas pelos autores, optamos em concentrar esforços sobre o estudo do enraizamento social partidário, tendo em vista nosso foco neste trabalho estar sob o desempenho eleitoral de um partido político específico. O que pretendemos discutir é se a ancoragem do PSDB na sociedade brasileira pode ser medida por meio dos indicadores **i)** número de filiados, **ii)** número de votos na legenda do partido e **iii)** preferência partidária.

Partindo do pressuposto que de os partidos políticos brasileiros possuem baixo enraizamento social junto à sociedade, buscaremos observar em que medida tais indicadores se assemelham e se diferem na comparação dos dados relativos do PSDB em relação ao PT, cuja perda de votos em 2018, como já dito, ocorreu numa proporção bastante menor se comparada à perda de votos tucana.

Segundo Mainwaring e Torcal (2005, p. 254),

um forte enraizamento partidário na sociedade ajuda a proporcionar a regularidade na competição eleitoral que a ideia de institucionalização implica. Raízes na sociedade e estabilidade da competição entre partidos, embora analiticamente separáveis, estão entrelaçadas porque o forte enraizamento social estabiliza a competição. Se a maioria dos cidadãos apoia o mesmo partido de uma eleição para outra, há menos eleitores flutuantes e, portanto, menor probabilidade de mudanças eleitorais em massa que se refletem em alta volatilidade. Ao contrário, onde os partidos possuem raízes fracas na sociedade, é provável que mais eleitores troquem de partido de uma eleição para outra, abrindo assim a possibilidade de uma maior volatilidade.

Nesse sentido, “se houve maior estabilidade no sistema entre 1994 e 2018, ainda restam dúvidas quanto aos níveis de representatividade, responsividade e enraizamento dos partidos junto ao eleitorado.” (Ribeiro & Amaral, 2020, apud Anastasia; Melo & Santos, 2004; Zuco, no prelo).

i) Filiação partidária

O que significa ser membro ou adepto de um partido político no Brasil? Se recorrermos à definição estrutural de Duverger (1970), seria necessário primeiro distinguir a qual partido estamos nos referindo. Em sua clássica definição, Duverger assevera que nos chamados *partidos de massa*, a ligação entre o membro e o partido seria permeada por uma dimensão política e financeira. A primeira diria respeito à educação política de seus membros, a qual seria razão essencial da existência do partido. A outra dimensão se referiria ao financiamento da atividade partidária, para o qual os membros se comprometeriam a pagar contribuições regulares. Buscar-se-ia assim ao mesmo tempo criar uma elite capaz de, ao ascender aos cargos de poder, exercer a administração dos governos, como possibilitar que o partido se mantenha com uma postura independente frente ao poder do capital.

Já os *partidos de quadros* seriam regidos por uma dinâmica outra. O recrutamento de membros buscaria o ingresso de pessoas ilustres, oriundas da elite econômica da sociedade, podendo o partido prescindir assim das contribuições dos demais membros. Assim, Duverger não distingue *partidos de massa* e *partidos de quadro* com base no número de membros vinculados ao partido, mas sim na natureza de sua participação.

Portanto, ao nos referirmos aos membros de um partido como sendo aqueles típicos de um *partido de massa*, conforme a descrição de Duverger, tal definição pouco diria respeito ao filiado

comum do PSDB. Pela análise do estatuto do partido e de suas atualizações registradas no TSE, nota-se que os tucanos optaram por elaborar um regramento mais detalhado quanto às contribuições financeiras somente em relação a seus membros que ocupam cargos eletivos e funções na Administração Pública (ver anexo I).

Apesar de constar expressamente no estatuto do PSDB que um dos deveres dos filiados é pagar pontualmente as contribuições financeiras, não se detalham quais são as penalidades impostas ao simples filiado que deixe de cumprir essa obrigação. O artigo 144 do referido estatuto estabelece sanção apenas aos membros dos órgãos partidários (ocupantes de cargo de direção) e aos titulares de mandatos eletivos.

Tal adoção de uma política fraca em relação às contribuições financeiras de seus filiados comuns não seria exclusiva do PSDB. Para Speck, Braga & Costa (2015), “a maioria dos filiados aos partidos brasileiros não costumam pagar anuidades, exceto quando ocupam cargos de livre comissionamento.”

Um exemplo no sentido contrário, que parece ser exceção dentre os partidos brasileiros, é o dos filiados ao PT, que ao menos formalmente adota uma política de contribuição para todos os seus filiados, independente de sua hierarquia, com previsão de restrições de direitos ao filiado inadimplente. (ver anexo II)

No mais, segundo estudo da ONG Transparência Partidária²⁴, apenas 0,1% dos filiados no Brasil, no período de 2017 a 2019, contribuíram financeiramente para seus respectivos partidos ao menos uma vez no ano. Cerca de 80% desses contribuintes regulares, segundo o citado estudo, estavam filiados ao PT ou ao Novo. Assim, não apenas os filiados do PSDB estariam longe da definição de membros ou adeptos da acepção *duvergeniana* desses termos, já que só faria sentido relacioná-los aos ditos *partidos de massa*, de difícil enquadramento, como se vê, entre os partidos brasileiros do atual período.

Assim, ao se referirem ao baixo número de pesquisas acerca da filiação partidária no país, Speck, Braga & Costa, (2015) asseveram que “tudo leva a crer que, na concepção dos pesquisadores, a filiação partidária no Brasil não corresponderia aos padrões, supostamente

24 Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/02/07/filiados-doadores-de-partidos-sao-01.htm>>. Acesso em 11 de maio de 2021.

universais, dos partidos de massa da Europa Ocidental.” Para Cervi, Terron & Soares (2020), ainda sobre a relevância do fenômeno da filiação partidária, os autores observam que “se trata da prima pobre das análises da política brasileira, sendo dominante a impressão que no Brasil ela é particularmente insignificante.”

Para esses autores, há uma sensação corrente no país que “a filiação partidária seria um mero ato formal, desprovido de sentido e conteúdo e, portanto, de pouco interesse para a pesquisa acadêmica”.

Sabe-se que o ato de filiação partidária no Brasil é bastante simples, bastando que o eleitor assine a ficha de filiação que deve ser entregue ao dirigente partidário. Já o ato de desfiliação requer que o presidente local do partido político e o juiz eleitoral responsável tomem ciência da intenção do eleitor em se desfiliar, o que pode fazer com que os números oficiais de filiados no Brasil computem indivíduos que nunca de fato se interessaram pela atividade partidária, mas que ainda permanecem na condição de filiado em razão da maior dificuldade do ato de desfiliação, se comparado ao ato de filiação.

Passemos agora à exposição da evolução do número de eleitores filiados aos principais partidos brasileiros entre 2002 e 2018, segundo dados do TSE (ver tabela 33). Desde 2002, segundo dados oficiais, o PMDB se mantém como o partido com o maior número de filiados no país, sempre com mais de dois milhões de filiados registrados. Nas últimas duas décadas, entre os partidos com mais de um milhão de filiados oficiais, o PT foi o partido que mais teve variação positiva no número de filiados. De 2002 a 2018, o Partido dos Trabalhadores aumentou em 750.000 o número de filiados. O PSDB no mesmo período ganhou mais de 400.000 filiados, enquanto que o PP e DEM pouco variaram. Já o PDT aumentou positivamente em quase 300.000 filiados, enquanto o PTB variou positivamente em 370.000 filiados. Segundo Ribeiro & Amaral (2020), em 2002 o país possuía 11,1 milhões de filiados registrados pelos partidos políticos, sendo que em 2018 esse número passou a 16,7 milhões de filiados.

Os números de filiados aqui apresentados não são baixos. Segundo Speck, Braga & Costa (2015), o Brasil figura entre os países com o maior número de filiados a partidos políticos. Ribeiro & Amaral (2020) apontam que, apesar de os partidos políticos brasileiros padecerem de uma desconfiança generalizada por parte da população, os números de filiação partidária no Brasil são altos.

No entanto, ainda segundo Speck, Braga & Costa (2015), “pesquisas de opinião reportam taxas menores de filiação do que os números oficiais”. Os autores assim questionam a fidelidade dos dados apresentados pelos partidos e pelo TSE em razão de problemas na atualização do banco de dados partidário.

Deve-ser registrar que os autores citados nessa seção, embora apresentem ressalvas com relação ao elevado número de filiados a partidos políticos no Brasil, se alinham ao entendimento que o estudo de filiados a partidos políticos no país deve ser mais explorado.

Pela análise apenas dos dados oficiais e das características do modelo de filiação e desfiliação no país, não há como inferir se o PSDB possui grande ou pequeno enraizamento social junto ao eleitorado brasileiro. Nota-se pela série histórica que o partido possui filiados em quantidade semelhante a PT e PP, partidos estes que nos últimos vinte anos apresentaram trajetórias eleitorais distintas quanto a importância nas eleições presidenciais, o que faz com que essa variável só possa ser válida na análise do enraizamento dos partidos políticos no Brasil, no nosso entendimento, se acompanhadas de pesquisas qualitativas.

Tabela 33 - Evolução do número de eleitores filiados aos principais partidos brasileiros (em milhares de eleitores)

	2002 (out)	2004 (jul)	2005 (jul)	2006 (jun)	2007 (jul)	2008 (jul)	2009 (jul)	2010 (jul)	2011 (jul)	2012 (jul)	2013 (jul)	2014 (jul)	2015 (jul)	2016 (jul)	2017 (jul)	2018 (jul)
PMDB/ MDB	2.217	2.079	2.029	2.023	2.018	2.074	2.063	2.316	2.318	2.354	2.353	2.355	2.346	2.398	2.399	2.394
PT	828	989	1.040	1.048	1.008	1.152	1.252	1.393	1.420	1.549	1.566	1.589	1.582	1.588	1.581	1.589
PSDB	1.049	1.110	1.093	1.091	1.122	1.191	1.171	1.314	1.318	1.353	1.352	1.350	1.368	1.444	1.449	1.460
PPB/ PP	1.410	1.316	1.291	1.268	1.248	1.267	1.266	1.369	1.365	1.415	1.414	1.416	1.409	1.437	1.437	1.444
PDT	974	985	976	957	949	1.020	1.018	1.127	1.134	1.207	1.208	1.207	1.203	1.250	1.253	1.256
PTB	823	823	1.020	997	989	997	1.028	979	1.159	1.177	1.180	1.185	1.183	1.181	1.192	1.192
PFL/ DEM	1.022	1.057	1.033	1.025	1.069	1.002	1.005	1.103	1.093	1.094	1.091	1.087	1.080	1.096	1.193	1.094

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

ii) Voto de legenda

Embora as eleições presidenciais sejam naturalmente mais personalistas em relação às eleições para a câmara baixa, nas eleições para deputado federal o eleitor tem a opção de escolher um entre os muitos candidatos das listas abertas dos partidos ou votar diretamente na legenda partidária. Ambos os votos são computados para a definição do número de cadeiras que cada partido terá direito a ocupar, embora na primeira hipótese o eleitor contribua para que seu candidato obtenha um dos assentos obtidos.

Segundo Samuels (1997)

Quando (os eleitores) votam em um candidato em particular, parece óbvio interpretar esse fato como uma manifestação de apoio pessoal (embora o voto efetivamente conte para o partido). Por outro lado, quando os eleitores votam na legenda do partido, abrindo mão da possibilidade de apoiar um candidato em particular, parece evidente interpretar esse fato como uma expressão de apoio ao partido. Portanto, pelo menos em princípio, a porcentagem de votos na legenda funciona como uma medida natural de equilíbrio entre os votos para a pessoa do candidato e os votos para o partido”

Aferimos assim o percentual do voto de legenda do PSDB em relação a todos os votos obtidos pelo partido (voto nominal + voto na legenda) nas eleições para deputado federal de 2006 a 2018 (ver tabela 36). Os dados demonstram um percentual elevado de votos de legenda no PSDB nas eleições para deputado federal de 2006 a 2014, sendo que em 2010 e 2014 o partido chegou a obter um percentual superior ao do PT.

No entanto, nota-se que esse percentual elevado do voto de legenda nas eleições para deputado federal pode não necessariamente representar uma intenção mais programática de voto no partido, mas sim uma grande influência do candidato presidencial na determinação do voto para a câmara baixa. Partidos como o MDB e o DEM, que na maioria das eleições não lançaram candidatos a presidente da República, obtiveram no período em análise grande quantidade de votos na eleição para deputado federal, porém um baixo percentual de votos na legenda nessas siglas, enquanto que PT e PSDB, obtiveram nessas eleições um percentual elevado de votos na legenda para a câmara baixa.

Por outro lado, Nicolau (2006) adverte para o risco de conclusões precipitadas acerca dos percentuais do voto de legenda.

Não é possível interpretar o voto em candidatos como expressão pura e simples do voto personalizado porque muitos eleitores com vínculos mais permanentes com os partidos preferem, muitas vezes, votar em um nome específico da lista. Por outro lado, também não é possível dizer que o voto de legenda seja expressão exclusiva de identificação partidária de longo prazo (voto partidário), pois ele muitas vezes reflete escolhas de curto prazo motivadas pela campanha eleitoral. Por isso, o caminho mais seguro para avaliar o impacto dos partidos sobre a decisão dos eleitores é a utilização dos dados das pesquisas de opinião.

A observação do percentual do voto de legenda dos principais partidos políticos do país nas últimas quatro eleições para deputado federal a exemplo da análise dos números brutos da filiação partidária, parece também não ser revelador do nível de enraizamento social de partidos. De fato, apenas PT e PSDB conseguiram obter mais de um milhão de votos na legenda nas eleições de 2006, 2010 e 2014. Partidos como PMDB/MDB e PFL/DEM, que obtiveram um número expressivo de votos totais na eleição de deputado federal nessas eleições, não conseguiram acompanhar PT e PSDB nesse quesito.

Uma possível causa do número elevado de votos na legenda da PT e PSDB em 2006, 2010 e 2014 pode residir no fato de esses partidos lançarem candidatos competitivos nessas eleições presidenciais, o que pode ter estimulado os eleitores sem um candidato definido para o cargo de deputado federal a votarem no partido do candidato a presidente.

No entanto, observando os números do PSL, essa hipótese não se confirma nas eleições de 2018. Apesar de o partido ter vencido as eleições presidenciais com Jair Bolsonaro e ter aumentado o número de votos para deputado federal em mais de quatorze vezes em comparação a 2014, o percentual desses votos que foram votos na legenda não difere significativamente do percentual obtido pelo partido em 2010, por exemplo, quando essa agremiação não lançou um candidato competitivo no respectivo pleito presidencial. Que o número de votos totais do PSL aumentou substancialmente em razão da candidatura Bolsonaro, parece não haver questionamentos, mas percentualmente o voto de legenda no partido permaneceu abaixo da marca de 10%. Já em 2006, ano em que o partido não lançou candidato competitivo ao pleito presidencial, nem obteve número expressivo de votos totais para deputado federal, o percentual do voto de legenda do partido chegou a quase 21%.

Entendemos assim, com base nos dados analisados e nos trabalhos de Samuels (1997) e Nicolau (2006), que seriam necessários mais elementos para concluir que o número total de votos na

legenda e seu percentual em relação ao total de votos obtidos pelo partido para o cargo de deputado federal seja um indicador preciso do enraizamento social do partido junto aos eleitores. O número elevado de votos na legenda de um partido pode estar associado a candidaturas competitivas desse partido no pleito executivo, de características mais personalistas, que acabam assim, mais pelo carisma pessoal do candidato do que pelo enraizamento social do partido, influenciando seus eleitores a votarem, na disputa de deputado federal, na legenda desse partido.

Ainda assim, observa-se também que o PT manteve o percentual de votos na legenda, na eleição para deputado federal, em torno de 15%, registrado nas três eleições anteriores. Apesar de também ter sofrido perda de votos nas eleições presidenciais, o partido manteve o percentual de eleitores que preferiram votar na legenda, e não em alguma candidato.

No caso do PSDB, além da grande perda do número de votos para o cargo de deputado federal, em comparação ao pleito de 2014, houve também diminuição do percentual do voto de legenda do partido, que em 2010 e 2014 se manteve num patamar de 17% do total dos votos, acima até mesmo do percentual do PT. Em 2018, esse percentual recuou para 8,2%.

Tabela 34 - Evolução dos números relativos ao voto na legenda em relação a todos os votos do partido – Eleição para deputado federal - Brasil

	2006	2010	2014	2018
PSDB	1.780.056 / 12.883.147 (13,8)	1.979.118 / 11.479.666 (17,2)	1.927.681 / 11.088.715 (17,4)	482.581 / 5.891.806 (8,2)
PT	2.216.716 / 13.989.859 (15,9)	2.332.484 / 16.584.282 (14,1)	1.750.181 / 13.554.166 (12,9)	1.352.852 / 10.126.611 (13,3)
PMDB/MDB	742.970 / 13.583.437 (5,5)	844.868 / 12.712.856 (6,7)	738.841 / 10.791.949 (6,9)	321.860 / 5.439.904 (5,9)
PFL/DEM	574.307 / 10.182.308 (5,6)	768.751 / 7.301.171 (10,5)	217.287 / 4.085.487 (5,3)	192.647 / 4.581.164 (4,2)
PSL	39.956 / 190.793 (20,9)	42.473 / 506.653 (8,4)	40.592 / 808.710 (5,0)	1.043.105 / 11.457.879 (9,1)

Fonte: elaboração própria segundo dados do TSE

iii) Preferência partidária

Apresentamos abaixo dados das pesquisas do ESEB, realizadas no período pós-eleitoral a partir das eleições de 2002, que dentre outras questões, aferiu o grau de afinidade dos cidadãos com os partidos políticos. Nos valem também do histórico de pesquisas realizadas pelo instituto Datafolha acerca da preferência eleitoral dos brasileiros. (ver tabelas 34 e 35)

Se a análise dos dados brutos do número de filiações partidárias fornecidos pelos partidos políticos e pelo TSE e os números relativos ao voto na legenda parecem não autorizar maiores conclusões acerca do enraizamento social partidário, os dados obtidos relativos à preferência partidária dos brasileiros, colhidos por meio de pesquisas de opinião realizadas pelos supracitados institutos nas últimas duas décadas, parecem mais promissores.

Segundo o Datafolha, desde o início da pesquisa sobre preferência partidária do brasileiro, em 1989, a maioria dos eleitores não manifesta preferência por nenhum partido. A pesquisa do ESEB, iniciada em 2002, traz os mesmos dados, de que os partidos políticos no Brasil nas últimas décadas não conseguiram ganhar a simpatia da maior parte dos eleitores.

Dos partidos citados pelos brasileiros, o PT se destaca dos demais. Na década de 90, segundo o Datafolha, o Partido dos Trabalhadores tinha a preferência de cerca de 10% dos brasileiros. Após, durante os governos de Lula e Dilma Rousseff o partido passou a ser o mais popular do país, dobrando seus índices de apoio, chegando a ter a preferência de 26% dos brasileiros em 2010, números confirmados também pelo ESEB. Em 2015 e 2016, no auge da crise do partido, o PT perdeu popularidade, voltando a ter preferência de cerca de 10% da população. Em 2017 e 2018, esse número voltou a subir, sendo que em agosto de 2018, o PT voltou a ter 24% da preferência do eleitorado, para um ano depois voltar a cair (ver tabelas 34 e 35).

O PMDB/MDB até 1998, ainda segundo o Datafolha, era o partido de maior popularidade entre os brasileiros, mesmo sem ocupar o principal cargo eletivo do país. Nos anos seguintes, o partido foi sendo menos citados nas pesquisas de preferência partidária, sendo que na última década o partido se manteve, segundo Datafolha e ESEB, sempre abaixo da marca de 5% da preferência dos brasileiros.

Tanto as pesquisas do ESEB como as do Datafolha demonstram que a manifestação explícita de apoio ao PSDB na sociedade brasileira é historicamente baixa, apesar de seus significativos desempenhos eleitorais. Segundo o Datafolha, mesmo durante o governo de Fernando Henrique, os índices de preferência declarada do eleitor pelo PSDB não atingiram a marca de 10% dos eleitores. Por outro lado, os índices do PT, com algumas variações ao longo do tempo, se mantiveram num patamar bastante elevado, sobretudo a partir de 2002. Nota-se ainda o elevado percentual de eleitores que dizem não se identificar com nenhum partido, segundo os dados de ambas as pesquisas.

Novos estudos parecem importantes para poder relacionar com maior precisão os resultados das pesquisas de opinião que medem a preferência partidária dos brasileiros com o nível de enraizamento social dos partidos na sociedade. Pelo observado das pesquisas do ESEB e do Datafolha quanto à preferência partidária no Brasil nas últimas décadas, nota-se que praticamente todos os partidos políticos, com exceção do PT, são pouco identificados pelos brasileiros, o que corrobora teses que apontam a fragilidade do sistema partidário brasileiro quanto à sua legitimidade.

O histórico baixo índice de identificação dos brasileiros com o PSDB revelado pelas pesquisas de opinião, como já apontado neste trabalho, não impediu o partido de obter resultados eleitorais expressivos, até mesmo de vencer as eleições presidenciais por duas vezes. No entanto, no cenário apresentado em 2018, com o aumento expressivo de forças com discurso antissistema, possuir um lastro de identificação junto ao eleitorado parece ser necessário para se manter competitivo eleitoralmente na principal eleição. Assim, os resultados das próximas eleições, em conjunto com a divulgação de novas pesquisas de preferência partidária no Brasil, serão de suma importância para relacionarmos a força eleitoral efetiva dos partidos com o índice de popularidade demonstrada nas pesquisas vindouras.

Tabela 35 - ESEB. Questão: que partido melhor representa sua forma de pensar? Em%

	2002	2006	2010	2014	2018
PSDB	4	4	6	7	1
PT	23	18	25	17	11
PMDB/MDB	4	4	3	3	1
OUTROS	8	2	5	4	15
NENHUM	61	72	61	69	72

Fonte: elaboração própria segundo dados do Estudo Eleitoral Brasileiro, realizado pelo CESOP de 2002 a 2018

Tabela 36 - Pesquisa de preferência partidária realizada pelo Datafolha (%)

	1990 (mar)	1994 (dez)	1998 (dez)	2003 (dez)	2006 (dez)	2010 (dez)	2014 (dez)	2015 (dez)	2016 (dez)	2017 (jun)	2018 (ago)
PSDB	2	6	5	3	6	6	7	7	4	5	4
PT	9	9	12	21	22	26	22	11	9	18	24
PMDB/MDB	11	15	13	9	6	6	4	5	4	5	4
OUTROS	22	10	10	13	12	10	6	10	8	13	16
NENHUM	56	60	60	54	54	52	61	67	75	59	52

Fonte: elaboração própria segundo dados das Pesquisas Datafolha publicados de março de 1990 a agosto de 2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a trajetória eleitoral do PSDB nas eleições presidenciais, reconhece-se a importância do partido no atual período democrático. A série histórica iniciada em 1989 e que teve sua mais recente eleição em 2018 tem o Partido da Social Democracia Brasileira como um de seus protagonistas.

Embora o capítulo 1 deste trabalho tenha demonstrado que impactos eleitorais de grande magnitude num curto espaço de tempo são fenômenos relativamente comuns desde o fim do bipartidarismo compulsório, em 1979, como atestam os exemplos de PDS, PMDB e PRN, nenhum desses partidos até o momento de suas respectivas perdas abruptas de votos tinham se consolidado no ambiente democrático nacional, de tantas interrupções, como o PSDB assim o fez nas últimas três décadas.

Procuramos demonstrar no capítulo 2, por meio da radiografia eleitoral do PSDB nas eleições presidenciais da Nova República, o tamanho de seu poder eleitoral e de sua influência no debate nacional nessa atual fase democrática. Junto com o PT, foram os dois únicos partidos que se propuseram em todas as eleições a obter influência por meio de eleger seus candidatos ao poder executivo e ao poder legislativo.

A queda abrupta nas eleições presidenciais em 2018, após a quase-vitória em 2014, sabidamente é associada por estudiosos e pesquisadores à ascensão da chamada nova direita e de um clima de maior beligerância no mundo político brasileiro. Mas até que ponto as características do próprio PSDB não contribuíram para que o partido fosse derrotado de maneira tão contundente?

Nesse sentido, a proposta de analisar indicadores, que não apenas o número de votos, que digam respeito à capacidade de o PSDB se legitimar como porta-voz de segmentos da sociedade brasileira teve como intenção prescrutar o nível de seu enraizamento social.

Tão apenas a análise do número bruto dos números de filiados e do número de votos conferidos à legenda partidária revelou, no nosso ponto de vista, as limitações desses indicadores analisados isoladamente. Como demonstramos, o número de filiados partidos políticos no Brasil é

de certa forma acima do que se poderia esperar num país onde os partidos políticos gozam de pouco prestígio, como apontaram Speck, Braga & Costa (2015) e Ribeiro & Amaral (2020).

Em 2018, segundo dados disponibilizados pelo TSE, sete partidos políticos possuíam mais de um milhão de filiados (PMDB, PT, PSDB, PP, PDT, PTB e DEM). Observa-se que se trata de partidos longevos, oriundos do período autoritário, como PP, o resultante da Arena, e MDB, ou do período imediatamente posterior, como PT, PTB, PDT e PSDB, o que pode ser determinante para possuírem um número elevado de filiados em seus registros.

A pouca confiabilidade quanto à atualização de informações de seus filiados, por parte dos partidos, pode fazer com que tais números fiquem superestimados, comprometendo assim a análise. Por outro lado, há mais de 30 anos, PSDB e PP, por exemplo, são partidos com relevâncias diferentes em relação à disputa presidencial, mas por outro lado, no nível municipal, a diferença do êxito eleitoral desses partidos é menor, o que pode ser também a causa dessas agremiações possuírem um número bastante próximo de filiados, uma vez que o processo de filiação partidária no Brasil parece estar mais associado às dinâmicas locais. Entendemos assim que seria precipitado afirmar peremptoriamente que o número de filiados de um partido, pelos dados expostos, tenha relação direta com o enraizamento social desse partido.

No mais, a análise dos votos na legenda nas últimas quatro eleições para deputado federal, também revelou a limitação desse indicadores para que a partir deles se possam fazer outras inferências. No entanto, no caso do PT, é interessante notar que o partido, apesar de ter perdido muitos votos em 2018 em comparação a 2014, manteve o índice percentual de votos na legenda em torno de 15%. De alguma maneira, o partido permaneceu mantendo a proporção de seus eleitores que optaram por uma candidatura nominal ao cargo de deputado federal e dos que preferiram votar diretamente na sigla. Já o PSDB decaiu tanto no número de votos totais angariados na eleição para deputado federal, como no percentual de seus eleitores que optaram por votar diretamente no partido.

Se é verdade que PT e PSDB foram os dois únicos partidos nas eleições para deputado federal em 2006, 2010 e 2014 que atingiram o marca de mais de um milhão de votos na legenda, também afere-se que ambos os partidos tiveram as principais candidaturas nessas eleições presidenciais. Em 2018, o PSL de Bolsonaro também atingiu a marca de um milhão de votos na legenda, o que evidencia que o alto número de votos na legenda parece ser caudatária de um

candidato forte nas eleições presidenciais, embora o caso petista aponte para uma exceção dessa lógica, evidenciando uma capacidade de maior penetração do partido junto a determinados eleitores.

Dos três índices avaliados, o resultado das pesquisas de opinião do ESEB e do Datafolha parecem melhor evidenciar a força dos partidos junto à sociedade. Conforme expusemos, Nicolau (2006) aponta que as pesquisas de opinião são o caminho mais seguros para avaliar o impacto dos partidos junto aos eleitores.

Constata-se que, segundo os resultados dos dois institutos, apenas o PT se mostrou capaz de obter índices na casa dos dois dígitos quanto à preferência dos eleitores. Acreditamos assim, que o aventado baixo enraizamento social do PSDB não seria um fenômeno exclusivo que pairaria apenas sob este partido, mas sob praticamente todos os partidos brasileiros, com exceção do PT.

Ainda que possua problemas de enraizamento social junto ao eleitorado brasileiro, o PSDB tornou-se um dos dois maiores partidos do Brasil nas eleições presidenciais nas últimas décadas, chegando a vencer a disputa por duas vezes, obtendo o segundo lugar em outras quatro eleições. Nota-se assim que suas características não o limitaram de ser um campeão de votos no pleito presidencial. Consideramos que a singularidade das eleições presidenciais de 2018, conforme nossa exposição neste trabalho, criou um novo polo antagônico ao PT, não mais ocupado pelos tucanos, cujas causas para a configuração dessa nova correlação de forças também reside nas características do PSDB, e não apenas nos emergentes fenômenos externos ao sistema partidário.

Essa conjugação de eleições presidenciais disruptivas com a histórica baixa preferência do eleitorado pelo partido pode ter levado o PSDB à sua pior derrota nas eleições presidenciais, ainda que nas eleições estaduais e municipais o partido ainda se mostre competitivo. O resultado das próximas eleições de 2022 serão cruciais para observar se o partido se manterá fora da disputa efetiva pelo poder central ou se conseguirá retomar as grandes votações obtidas nas eleições presidenciais de 1994 a 2014.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S. “**Polarização radicalizada e ruptura eleitoral**”. In: Vários autores. *Democracia em risco?*. Companhia das letras. 2019.

ADGHIRNI, S. “**Se o governo Temer for bem, PSDB chega forte a 2018**”, diz Aloysio. Agência Boomer. 2017. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2017/10/09/se-governo-temer-for-bem-psdb-chega-forte-a-2018-diz-aloysio.htm?next=0001H12469U48N>> Acesso em 9 de agosto de 2021.

BENEVIDES, M. V. **Ai que saudade do MDB**. Revista Lua Nova, vol. 3, n. 1. 1986.

BRAGA, M. S. & ZOLNERKEVIC, A. **Padrões de votação no tempo e no espaço: classificando as eleições presidenciais brasileiras**. Revista Opinião Pública, vol. 26, n.1, 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise e renovação da esquerda na América Latina**. Revista Lua Nova, n. 21. 1990.

_____. “**Por uma ideia de nação**”. Jornal Valor Econômico. 2011. Entrevista concedida a Maria Inês Nassif. Disponível em <www.bresserpereira.org.br/papers/interviews/2011/11.04-Por_uma_ideia_de_nação.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2021

CARREIRÃO, Y. de S. **A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais**. Revista de Sociologia e Política. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/zsbsFkSmhyFdZfXDZwK6Xyb/?lang=pt>>. Acesso em 15 de maio de 2021.

_____. **O sistema partidário brasileiro**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 14. 2014

CERVI, E. U. , TERRON, S. & SOARES, G. A. D. **Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil**. Revista Opinião Pública, vol. 26, nº 3. 2020.

CESOP. **Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública**. Unicamp, Campinas. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados>. Acesso no período de 2019 e 2021.

CHAIA, V. “**O conservadorismo e a ascensão da Nova Direita**”. In.: SEGURADO, R.& DIAS, L.A. (org.) *O golpe de 2016: razões, atores e consequências*. Editora Intermeios. 2018.

COUTO, C. & ABRUCIO, F. **O segundo governo FHC: coalizações, agendas e instituições**. Revista Tempo Social (USP). 2003 Disponível em: <https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/abrucio_-_osegundo_governo_fhc_coalicoes_agendas_e_isntituicoes.pdf>. Acesso em 2 de fevereiro de 2021.

DANTAS, E. **Itamar continua filiado ao PRN**. Folha de São Paulo. 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/01/brasil/12.html>>. Acesso em 29 de out. de 2020.

DATAFOLHA. INSTITUTO DE PESQUISAS. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br>>. Acesso no período de 2019 a 2021.

DELGADO, M. **“Só hoje eu soube que a porta estava emperrada”, responde Haddad a FHC.** Valor Econômico. 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/10/17/so-hoje-eu-soube-que-a-porta-estava-emperrada-responde-haddad-a-fhc.ghtml>>. Acesso em 3 de jan de 2021.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos.** Zahar Editores. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. (1970)

FAUSTO, S. **Crise do PT dá oportunidade ao PSDB para reencontrar sua identidade.** Folha de S. Paulo. 2015. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/08/1662856-cri-se-do-pt-da-oportunidade-ao-psdb-para-reencontrar-sua-identidade.shtml?mobile>>. Acesso em 2 de fev de 2020.

FLEISCHER, D. **As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000).** Revista Opinião Pública. 2002. vol. 8, n. 1. 2002.

FOLHA DE S. PAULO. **“País teve vários planos econômicos para controlar a inflação; conheça”.** Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1477505-pais-teve-varios-planos-economicos-para-controlar-a-inflacao-conheca.shtml>>. Acesso em 26 de junho de 2021.

FREITAS, F. C. de. **O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT.** Revista Opinião Pública. 2018. vol. 24, n. 3. 2018.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Site Teoria de Debate. **PT cresce e vence 559 prefeituras. 2008.** Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2008/11/01/pt-cresce-e-vence-559-prefeituras/>>. Acesso em 15 de abril de 2020.

KINZO, M. D. G. **O quadro partidário e a constituinte.** Revista Brasileira de Ciencia Política, Brasília, v. 1 , n. 1 , p. 91-123, 1989.

_____ **Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 20, nº 57. 2005.

LAMOUNIER, B. **O Brasil sob Fernando Collor de Melo: prospectos da consolidação democrática a partir da eleição presidencial de 1989.** 1990. Disponível em <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1988/8.pdf>>. Acesso em 16 de março de 2021.

LIMONGE, F. & GUARNIERI, F. **Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil.** Revista Opinião Pública. vol. 21, nº1. 2015.

MAINWARING, S. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil.** Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

_____ & TORCAL, M. **Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização.** Revista Opinião Pública. Vol. 11, Nº 2, 2005.

_____. SCULLY, T. R. **Party systems in Latin America**. In: MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (ed.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.

MARX, K.. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Editora Boitempo. São Paulo. 2008.

MELO, C. R. & CÂMARA, R. **Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil**. *Revista Dados*, vol. 55, nº 1. 2012.

MENDES, A. M. T. & VENTURI, G. **Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco**. *Revista Opinião Pública*. vol. 2, n.2, 1994.

MIGUEL, L.F. & COUTINHO, A.A., **A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais**. *Revista Opinião Pública*. vol. 13, n. 1. 2007.

NICOLAU, J. **As distorções na representação dos Estados na Câmara dos Deputados brasileira**. *Revista Dados*, 40 (3). 1997.

_____. **Dados eleitorais no Brasil**. Disponível em <https://jairicolau.github.io/deb/>. Acesso durante o período de 2019 a 2021. 2021.

_____. **A volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados brasileira (1982-1994)**. XXII Encontro Nacional da Anpocs. GT: Mídia, Opinião Pública e Eleições. 1998.

_____. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Zahar. 2020

_____. **O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil**. *Revista Dados*, 49 (4). 2006.

_____. **O triunfo do bolsonarismo**. *Revista Piauí*. Novembro de 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>>. Acesso em 19 de março de 2021.

NOVAES, C. A. M. **Dinâmica institucional da representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados**. *Revista Novos Estudos*, Vol. 1, nº 38, 1994.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos**. Ed. São Paulo. Martin Fontes. 2005.

PEREIRA, F. B.. **Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002**. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 22, n. 50, p. 149-174. 2014

RENNÓ, L. **Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006**. *Revista Opinião Pública*. Vol. 13, n.2. 2007.

RIBEIRO, P. F. & AMARAL, O. E. **“Existe vida: filiação e participação de alta intensidade nos partidos políticos paulistas”**. In: MENEGUELLO, R. & KERBAUY, M. T. M. (org.) *Política em São Paulo: uma análise da dinâmica político-partidária no estado*. Editora Unicamp. 2020

ROMA, C. **A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 17. N. 49. 2002.

ROSSI, C. **Collor não teve apoio nem de seu partido em votação do impeachment**. Folha de S. Paulo. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761901-collor-nao-teve-apoio-nem-de-seu-partido-em-votacao-do-impeachment.shtml>>. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

SAMUELS, D. **Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil**. Revista Dados. 40 (3). 1997.

SARDINHA, E. **PT, PSDB e PMDB votaram fechados contra Collor**. Portal Congresso em foco. 2016. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/pt-psdb-e-pmdb-votaram-fechados-contracollor/>>. Acesso em 4 de julho de 2021.

SARTORI, G.. **Partidos e sistemas partidários**. Zahar. 1982.

STEPHANOWITZ, H. **Como nas eleições de 1986, a história se repete agora, como farsa**. 2016. Rede Brasil Atual. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/2016/10/como-nas-eleicoes-de-1986-a-historia-se-repete-agora-como-farsa-1290/>>. Acesso em 16 de maio de 2021.

SINGER, A. **A reativação da Direita no Brasil**. 2021 (no prelo). Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1664/version/1767>>. Acesso em 14 de junho de 2021.

_____. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Companhia das letras. 2012.

_____. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. 2009. Revista Novos Estudos. n. 85. Disponível em: <novos estudos.com.br/produto/edicao-85/>. Acessado em 14 de jan. 2021.

SPECK, B. W.; BRAGA, M. S. S.; COSTA, V.. **Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil**. Revista de Sociologia e Política. v. 23, nº 56. 2015.

TAROUCO, G. **O Partido da Frente Liberal: Trajetória e papel no sistema político**. Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de mestrado. 1999.

ANEXO I

ARTIGOS DO ESTATUTO DO PSDB RELATIVOS AOS DEVERES FINANCEIROS DOS FILIADOS COMUNS, À ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PARTIDO E À CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DE SEUS MEMBROS OCUPANTES DE CARGOS ELETIVOS, BEM COMO ÀS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLÊNCIA (atualizado em 09/02/2017)

Art. 15 – São deveres dos filiados:

I – participar assiduamente das reuniões dos órgãos partidários a que pertencer, das atividades realizadas e das campanhas políticas e eleitorais dos candidatos do Partido;

II – defender, divulgar, cumprir e fazer cumprir o Programa e o Estatuto do Partido;

III – cumprir e fazer cumprir as deliberações do Diretório Nacional, Conselhos Políticos Nacional e Estaduais, Diretórios Estaduais, Municipais e Zonais, bem como das Convenções;

IV – manter conduta ética, pessoal e profissional, compatível com as responsabilidades partidárias, particularmente no exercício do mandato eletivo e da função pública;

V – votar, apoiar, empenhar-se nas campanhas dos candidatos do Partido a cargos eletivos;

VI – manter relações de urbanidade e respeito com os dirigentes partidários, os detentores de mandatos eletivos e os demais filiados;

VII – pagar pontualmente a contribuição financeira estabelecida, na forma regulada neste Estatuto e em resoluções dos Diretórios Zonal, Municipal, Estadual e Nacional, e participar das campanhas de arrecadação de fundos para o partido.

VIII – cumprir com exatidão as suas funções nos órgãos partidários para os quais tenha sido eleito.

§1º – Os filiados detentores de mandatos eletivos ou investidos em cargos de confiança na administração pública, direta ou indireta, deverão exercê-los com probidade, fidelidade aos princípios programáticos e à orientação do Partido, sendo obrigados a prestar contas de suas atividades, quando convocados através da maioria dos membros do órgão a que pertencer.

§2º – Os filiados quando convidados a assumir cargo ou função de confiança em governos não apoiados pelo Partido ou de cuja coligação não participe, deverão solicitar prévia autorização à Comissão Executiva do respectivo nível, não podendo assumir se esta não autorizar.

§3º – O filiado que, eleito pelo PSDB, venha a se desligar do partido no curso do mandato, perderá o mandato para o qual foi eleito, nos termos das normas e da legislação vigentes, ficando ainda sujeito ao pagamento de multa correspondente a 6 (seis) vezes o valor do seu subsídio de remuneração mensal.

§4º – O filiado que, eleito pelo PSDB, for expulso do Partido, na conformidade do que dispõem os arts. 132 a 135, perderá o mandato para o qual foi eleito, nos termos das normas e da legislação vigentes.

Capítulo I – Dos recursos e do patrimônio do Partido

Art. 141 – Os recursos financeiros do Partido serão oriundos de:

I – contribuições dos filiados, membros dos órgãos partidários e titulares de mandatos eletivos ou de funções na administração pública;

II – doações de pessoas físicas e jurídicas, observados os limites máximos e as demais disposições da lei;

III – recursos do fundo partidário, na forma da lei;

IV – rendimentos dos serviços decorrentes de atividades partidárias;

V – rendimentos de eventos organizados para obtenção de fundos;

VI – outras contribuições, doações ou recursos não vedados em lei.

[...]

Art. 143 - Os membros do Partido que ocupem cargos eletivos contribuirão para o respectivo Diretório com importâncias descontadas de seus subsídios e representação mensal, nos termos deste artigo.

§ 1º. Os membros das bancadas do Partido na Câmara dos Deputados e do Senado Federal contribuirão mensalmente para o Diretório Nacional com importância correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) de seu subsídio fixo, variável, adicional e extraordinário, deduzido o Imposto de Renda e a contribuição à Previdência, que será descontada em folha de pagamento ou mediante débito em conta corrente bancária.

§ 2º. Além da contribuição fixada no parágrafo anterior, os membros das bancadas contribuirão para o Diretório do seu respectivo Estado, com um percentual adicional de até 2% (dois por cento), podendo o desconto ser processado pelo Diretório Nacional e repassado ao respectivo Diretório Estadual, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

§ 3º. Os membros da bancada do Partido nas Assembleias Legislativas contribuirão com os mesmos percentuais fixados nos parágrafos anteriores, respectivamente, para o Diretório Estadual e Municipal em que tenham domicílio eleitoral; os membros das bancadas nas Câmaras Municipais contribuirão mensalmente para o Diretório Municipal com importância correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) de seus subsídios e representação mensal,

aplicando-se a ambos os casos previstos neste parágrafo o procedimento de desconto referido no § 10, deste artigo.

§ 4º. Os titulares de cargos eletivos majoritários contribuirão mensalmente com importância correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) de sua remuneração bruta, aplicando-se quanto ao desconto a mesma regra do § 1º.

§ 5º - revogado

§ 6º. As Comissões Executivas poderão anistiar os filiados em débito, com dificuldades financeiras, ou isentar do pagamento os filiados de poucas rendas.

§7º. Resolução dos Diretórios Nacional, Estadual e Municipal poderá estabelecer a destinação de parte das contribuições definidas neste artigo para distribuição entre os Diretórios de diferentes níveis, visando suprir deficiências de arrecadação de recursos de qualquer deles.

Art. 144. Os membros dos órgãos partidários e os titulares de mandatos eletivos nos parlamentos ou nos poderes executivos que deixarem de cumprir a obrigação de contribuir com as importâncias fixadas, sujeitar-se-ão às sanções estabelecidas no art. 133, deste Estatuto.

ANEXO II

ARTIGOS DO ESTATUTO DO PT RELATIVOS AOS DEVERES FINANCEIROS DOS FILIADOS COMUNS, À ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PARTIDO E À CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DE SEUS MEMBROS OCUPANTES DE CARGOS ELETIVOS, DE CONFIANÇA E DE DIREÇÃO PARTIDÁRIA, BEM COMO ÀS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLÊNCIA (atualizado em 03/06/2017)

Art. 14 – São deveres do filiado e da filiada:

- I – participar das atividades do Partido, difundir as ideias e propostas partidárias.
- II – combater todas as manifestações de discriminação em relação à etnia, aos portadores e às portadoras de deficiência física, aos idosos e às idosas, assim como qualquer outra forma de discriminação social, de gênero, de orientação sexual, de cor ou raça, idade e religião;
- III – manter conduta compatível com os princípios éticos do Partido;
- IV – acatar e cumprir as decisões partidárias;
- V- contribuir financeiramente nos termos deste Estatuto e participar das campanhas de arrecadação de fundos do Partido;**
- VI – votar nos candidatos e nas candidatas indicados e participar das campanhas aprovadas nas instâncias partidárias;
- VII – comparecer, quando convocado, para elucidar fatos em procedimentos disciplinares;
- VIII – emitir voto sobre questões submetidas à consulta partidária pelas instâncias de direção;
- IX – renunciar ao mandato eletivo no caso de desligamento do Partido.

Seção I – Dos recursos do Partido

Art. 176. Os recursos financeiros do Partido dos Trabalhadores serão originários de:

- I – contribuições obrigatórias de seus filiados e filiadas na forma deste Estatuto;**
- II – contribuições obrigatórias dos filiados e filiadas ocupantes de cargos eletivos, de confiança e dirigentes na forma deste Estatuto;**
- III – contribuições espontâneas de filiados ou filiadas e simpatizantes;**
- IV – doações na forma da lei
- V – doações do Fundo Partidário, nos termos da lei e deste Estatuto
- VI – rendas e receitas de serviços decorrentes de atividades partidárias
- VII – rendas provenientes de convênios comerciais, na forma da lei, aprovadas pela Comissão Executiva Nacional
- VIII – outros auxílios financeiros não vedados em lei.

Art. 177 – A arrecadação básica e permanente do Partido é oriunda de seus próprios filiados e filiadas.

Seção I – Do direito de votar e ser votado

Art. 182. Estará apto a votar em qualquer atividade de base e das instâncias partidárias todo filiado, ou filiada, em dia com as contribuições financeiras partidárias, conforme as regras e tabelas estabelecidas neste Estatuto.

§1º: Considera-se em dia o filiado, ou filiada, que efetuou as contribuições financeiras com o Partido.

§2º: Tratando-se de filiado, ou filiada, ocupante de cargo eletivo, de confiança e dirigentes, considera-se em dia aquele que tenha quitado todas as suas contribuições financeiras partidárias até o mês anterior à atividade de que pretende participar.

§3º: Somente poderá ser votado nas eleições partidárias o filiado, ou filiada, que estiver em dia com todas as suas contribuições financeiras partidárias, inclusive débitos passados.

§4º: Para efeito do disposto no parágrafo anterior, o filiado, ou filiada, deverá apresentar Certidão de Adimplência, que deverá ser emitida pelo Sistema de Arrecadação de Contribuição Estatutária (SACE) Nacional.

Art. 183. Todo filiado, ou filiada, deverá efetuar, obrigatoriamente, duas contribuições ao Partido, uma em cada semestre, com base na Taxa de Referência a ser definida, a cada ano, pela instância nacional de direção.

Seção III – Da contribuição financeira dos filiados e filiadas ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo, Executivo e dirigentes partidários

Art. 184 – Filiados e filiadas ocupantes de cargos comissionados, eletivos, dirigentes partidários ou parlamentares deverão efetuar uma contribuição mensal ao Partido, correspondente a um percentual do total líquido da respectiva remuneração mensal, conforme tabela a que se refere o art. 187 deste Estatuto.

§1º – Detentor, ou detentora, de cargo ou função de no Executivo ou Legislativo deverá autorizar o departamento financeiro da fonte pagadora a fornecer informações ao Partido, bem como fornecer à Secretaria de Finanças e Planejamento do partido cópias dos contracheques e cópia de leis ou decretos referentes à sua remuneração.

§2º – A contribuição financeira deverá ser efetuada obrigatoriamente através do SACE por meio de autorização por débito automático em conta corrente ou boleto bancário, sob o

controle da Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento.

§3º – Filiado ou filiada parlamentar, além da contribuição mensal individual, ficará responsável pela arrecadação mensal das obrigações estatutárias de seus assessores e cargos de confiança ocupados por filiados e filiadadas, assegurando um valor mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do total das verbas recebidas para lotação do gabinete.

§4º – Para efeito do disposto anterior, o filiado ou filiada parlamentar será o responsável pelo repasse obrigatório e mensal, a ser efetuado através do SACE à instância correspondente, observadas as orientações e datas definidas pela Secretaria de Finanças e Planejamento da instância nacional de direção.

§5º – O descumprimento do disposto neste artigo sujeita o filiado ou a filiada parlamentar inadimplente às seguintes medidas disciplinares: suspensão do direito de voto e das atividades partidárias; desligamento temporário de sua bancada com substituição pelo suplente do Partido; suspensão ou perda de todas as prerrogativas, cargos e funções que exerça em decorrência da representação e da proporção na respectiva casa Legislativa; negativa de legenda para disputa de cargo eletivo, ou ainda à penalidade de expulsão, quanto se tratar de infrator reincidente reiterado.

Art. 185 – Entende-se como remuneração mensal o vencimento bruto menos o Imposto de Renda, pensão alimentícia, descontos previdenciários e benefícios para alimentação e transporte. Considera-se também parte da remuneração mensal diárias por sessões extras, 13º salário, ajuda de custos ou extras de qualquer natureza que não contrariem os princípios partidários.

Parágrafo único – Quando não houver decisão judicial sobre os valores da pensão a que se refere o parágrafo anterior, não havendo, em consequência, desconto direto no contracheque, o acordo entre as partes deverá ser encaminhado ao SACE.

Art. 186 – Filiados e filiadadas ocupantes de cargos eletivos de confiança, assessores dos detentores de mandatos executivos, mesas legislativas e lideranças de Bancadas, que não sejam funcionários públicos efetivos, deverão efetuar uma contribuição financeira mensal, conforme tabela a que se refere o art. 187 deste Estatuto.

Parágrafo único – Filiados ou filiadadas funcionários efetivos ocupantes de cargos de confiança deverão efetuar sua respectiva contribuição mensal, calculada com base em seu salário normal, e, ainda, com base na diferença salarial decorrente de sua nomeação, obedecido o disposto nos artigos 183 e 187 deste Estatuto.

Art. 187 – A tabela de contribuições financeiras a ser aprovada pelo Diretório Nacional, dos filiados e filiadadas ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo e dos

dirigentes partidários, deverá ser adotada por todas as instâncias partidárias e somente poderá ser alterada por deliberação de, no mínimo 60% (sessenta por cento) dos membros do próprio Diretório Nacional.

Parágrafo único: As contribuições a que se refere este artigo serão pagas diretamente pelo filiado ou filiada através do SACE e serão repassadas à instância do mesmo nível territorial do cargo ocupado, de acordo com as distribuições estabelecidas neste Estatuto.

Art. 188 – Filiados ou filiadas membros das direções partidárias deverão efetuar contribuição mensal através do SACE, correspondente a 1% (um por cento) do total líquido da respectiva remuneração mensal.

§1º Os membros das direções que são, ainda, funcionários ou funcionárias do Partido deverão efetuar contribuição mensal com base na tabela a ser definida pela instância nacional de direção.

§2º Para efeito do cálculo das contribuições previstas neste artigo, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 185